



# Anais da Assembléia

Nº 63

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 11 DE JUNHO DE 1980

ANO VI

## 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

### ATA DA 61ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 1980 (QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e Tadeu Lúcio Machado.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adaiberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Ailton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cherigate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, Gilberto Agibert Filho, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Squarezzi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

#### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

#### Indicação:

#### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Na qualidade de Líder do Bloco Parlamentar do PDS, INDICO, para comporem a Comissão de Cultura, os Srs. Deputados abaixo relacionados:

ROSÁRIO PITELLI  
DAVID CHERIGATE  
EZEQUIAS LOSSO  
CYRO MARTINS

Suplentes:

JURANDIR MESSIAS  
DEL CIEL  
WERNER WANDERER  
AGUINALDO PEREIRA LIMA

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1980.

(a) ERONDY SILVÉRIO

#### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 35/80, (Mens. Govern. nº 34/8), que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial no valor de Cr\$ 100.000,00, destinado ao pagamento da

pensão especial à viúva e filhos do servidor estadual do Tribunal de Justiça, falecido em consequência de acidente em serviço, na forma da lei.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1980.

(a) ERONDY SILVÉRIO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, se consigne em ata, na data de hoje, voto de profundo pesar pelo infausto passamento do funcionário público JOSÉ ALCEU BERGER, ocorrido no dia 09 do corrente, vitimado por derrame cardíaco, e que a decisão desta Casa se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1980.

(a) GILBERTO AGIBERT FILHO

#### JUSTIFICATIVA:

O funcionário José Alceu Berger, tendo em sua existência prestado relevantes serviços nas funções públicas que exerceu, revelando principalmente seu espírito humanitário, sua dedicação ao próximo, e sua imensa vontade de servir. Perde-se assim um grande companheiro, um leal servidor e um destacado amigo, razão pela qual achamos que se justifica plenamente o voto de profundo pesar que ora apresentamos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora ROSA SANTI LEAL, ocorrido ontem nesta Capital, antiga moradora do Bairro do Ahú.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência do mesmo à família enlutada.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1980.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. SEBASTIÃO GARCIA, ocorrido em Londrina.

Requer, outrossim, seja levado ao conhecimento da família enlutada este voto de pesar, no seguinte endereço: Rua Pernambuco, 601, apto. 22, Londrina.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1980.

(a) FIORI LUIZ

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. General NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, DD. Governador do Estado, solicitando o empenho junto à SANEPAR, COPEL e TELEPAR, no sentido de que seja concedida a isenção de taxas dessas empresas com o HOSPITAL DE CLÍNICAS - HC de Curitiba, até que seja normalizada a séria crise financeira por que vem passando aquela entidade hospitalar.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1.980  
a) Lázaro Dumont.

**JUSTIFICATIVA:**

O Hospital de Clínicas de Curitiba tem atualmente uma despesa que ultrapassa soma de Cr\$ 700.000,00 (setecentos mil cruzeiros), somente com água, luz e telefone, estando as referidas despesas, dentro do programa de despesas prioritárias, não estando somadas no valor acima, outras despesas também prioritárias, e o não pagamento ou atraso no pagamento dessas taxas, implica no corte de fornecimento de água, luz e telefone, que viria inevitavelmente obrigar a paralisação total daquela Casa de Saúde, vindo em prejuízos dos pacientes internados, e que para muitos, seria inclusive risco de vida. A isenção dessas taxas, seria uma forma daquelas empresas, colaborarem no atendimento, de indigentes, e de pessoas que não possuem nenhum tipo de previdência, sendo que muitos, até são parentes de funcionários das referidas empresas.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência que após manifestação do Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Nivaldo Almeida Neto, DD. Secretário dos Transportes no sentido de que, atendendo ao espírito da Lei n.º 7.160 de 07 de Junho de 1.979, que denominou a estrada PR-153 — —Palmeira-Ponta Grossa — Rodovia "Deputado João Chede" tenha seu marco inicial na cidade de Palmeira, para todos os seus efeitos.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1.980  
a) Lineu Turra.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, solicitando a possibilidade da instalação da futura comarca que integra os Municípios de Quitandinha, Agudos do Sul e Mandirituba venha ter sua sede em Quitandinha, pelos motivos que justifica.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1.980  
a) João Elísio.

**JUSTIFICATIVA:**

Realmente Quitandinha reúne as melhores condições para agregar a sede da Comarca.

1. — Pela facilidade de acesso.
2. — Possui 15.312 habitantes, com 5.515 eleitores.
3. — A área do município é de 452.223 Km<sup>2</sup> com 92% da área cultivada com agricultura e pequenas pastagens.
4. — Está ligado através de pavimentação asfáltica a Rodovia Federal BR 116.
5. — Possui sistema telefônico D.D.O., serviço de abastecimento de água, Banco do Brasil S.A., Banco do Estado do Paraná S.A., Escritório da ACARPA, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Grupo Escolar, Ginásio Estadual e 39 Escolas Rurais.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio do MEMORIAL anexo, ao Excelentíssimo Sr. Governador NEY BRAGA e ao Coronel HAROLDO FERREIRA DIAS, Digníssimo Secretário da Segurança Pública, expressando a preocupação de toda a sociedade de União da

Vitória, por intermédio de todos os segmentos sociais e solicitando providências face ao gravíssimo problema do calamitoso aumento da violência e da criminalidade naquela região.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1.980  
a) Domício Scaramella.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Está finda a leitura do Expediente. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Túlio Zanchet, inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. TÚLIO ZANCHET — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Dentre as inúmeras preocupações de ordem econômica do atual momento brasileiro destaca-se a referente à balança comercial.

No ano passado, apesar de aumentarmos nossas exportações em 20,4% em relação ao exercício anterior, tivemos um déficit comercial superior a 2,7 bilhões de dólares.

No corrente ano, somente até 31 de maio último, já registramos um saldo negativo de mais de 1,7 bilhões de dólares.

É sabido que, entre outras, a conta petróleo onera por demais nossas compras externas. Teríamos que, em contrapartida, além de um esforço maior em termos de exportação, diminuirmos em quanto for possível nossas importações, notadamente aquelas pertencentes ao grupo dos supérfluos ou substituíveis.

Nossas autoridades tem reiterado que não podemos mais comprimir nossas compras externas, pois aquilo que poderia ser substituído ou cortado já o foi.

Não entendemos assim e para exemplificar, focalizaremos nesta oportunidade nossas importações de frutas, em particular a MAÇÃ.

Somente no ano passado o Brasil importou 120 milhões de dólares apenas em maçã, principalmente da Argentina. E esse enorme dispêndio de divisas poderia ser maior, se não fosse o baixo consumo nacional, em função do acanhado poder aquisitivo da maioria dos brasileiros. Exemplo disto é que o consumo per capita de maçã na Argentina é de 11 Kg, nos Estados Unidos 14 Kg, na Suíça e França é de 60Kg. No Brasil é de apenas 2 Kg por habitante ao ano.

A produção nacional de maçãs, concentrada nos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo e Paraná, é de cerca de 40 mil toneladas, suficientes para pouco mais de 2 meses de consumo interno.

Segundo nossos produtores, a maçã nacional é mais saudável e saborosa. Entretanto, não entendemos a política do Ministério da Agricultura em relação a este setor, notadamente quando muito se fala em prioridade à agricultura.

Neste ano, por exemplo, exatamente quando a safra de maçã nacional estava para ser comercializada, o Ministério do Planejamento resolveu liberar a importação de maçã argentina, sobrecarregando o mercado e simplesmente traumatizando os produtores brasileiros.

Medidas como esta simplesmente desiludem os produtores ao invés de estimulá-los.

Diante deste quadro com que ânimo estarão os produtores que, em agosto próximo, na cidade de Guarapuava, deverão realizar o II Encontro Nacional dos Produtores de Maçãs e Peras?

Esperamos que até a realização deste Encontro, muitas boas novidades tenham surgido neste setor e, por antecipação, clamamos desta Tribuna pelos préstimos imediatos de nossas autoridades.

E hora do governo apoiar efetivamente os produtores de maçã nacional, notadamente os do sul do país e, em particular, os paranaenses.

Mas não é o que estamos observando. Cerca de 50%

das macieiras plantadas em nosso país o foram com Incentivos Fiscais do IBDF. E agora, quando mais precisamos, pois já sabemos que essa cultura adapta-se ao nosso solo e ao nosso clima, fala-se em acabar com os incentivos para a região sul do país. E mais: O IBDF está atrasado na liberação de recursos ainda de 1.979, o que poderá comprometer irremediavelmente a expansão desta cultura.

Ainda: os juros e períodos carenciais dos financiamentos bancários normais são totalmente proibitivos para a fruticultura, o que poderá provocar um prejuízo de mais de 30 milhões de cruzeiros em decorrência da não utilização das mudas produzidas.

Em nome da prioridade agrícola desde há muito cantada em prosa e verso pelo governo, em nome da necessária diminuição no quadro de importações nacionais e em nome dos produtores nacionais — e particularmente dos paranaenses — de maçãs, solicitamos seja enviado expediente à Secretaria de Agricultura de nosso Estado, ao IBDF e ao Ministério da Agricultura, para que, entrosados, evitem o desestímulo desta cultura, sugerindo, de imediato que:

— Haja a necessária agilização nas respostas das cartas-consultas enviadas ao IBDF, tendo em vista estarmos já em época de instalação de novos pomares.

— Tenhamos, para breve, posicionamento favorável na liberação dos recursos, reconsiderando o plantio da macieira como prioritário através de recursos do Fiset.

— Nova sistemática no âmbito das importações, para que estas não coincidam com a safra nacional, bem como uma campanha de âmbito nacional conscientizando o consumidor a respeito da qualidade da maçã brasileira.

Era o que tínhamos, em síntese, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que denunciar e sugerir, em nome dos produtores brasileiros de maçã e em favor dos mais legítimos interesses nacionais."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) A Mesa registra, com satisfação, a presença dos Vereadores Leila Camargo e Nelson Rosa, da cidade de São João do Ivaí.

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino. Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Problema dos mais graves está ocorrendo no Município de Sertaneja, no que diz respeito ao instituto da propriedade, especialmente da propriedade agrícola e que está sendo permanentemente cultivada com as mais modernas técnicas, ensejando mão-de-obra a centenas de famílias brasileiras.

Ocorre que há mais de meio século, isto é, por volta de 1.928, foi ajuizada uma ação de demarcação na Comarca de Jacarezinho, a cuja jurisdição pertencia a área rural e que envolvia cerca de 3.000 alqueires.

As escrituras públicas de compra e venda sempre foram consideradas válidas, e eram — sem restrições — consideradas corretas, sendo registradas nos cartórios competentes, — serviam de garantias hipotecárias em estabelecimentos bancários oficiais e particulares.

Assim durante este longo tempo (mais de meio século) foram passando de um para outro proprietário e exploradas devidamente, tanto com lavouras de café, como de algodão, soja e trigo.

Eis que de repente — e não mais que de repente — surge um mandato, oriundo de Carta Precatória da Comarca de Jacarezinho, para que as referidas terras sejam DESOCUPADAS, ou que as depositem as propriedades por seus títulos, em Juízo, se pretenderem contestar a ação.

Em linhas gerais esse é o quadro (desesperador por sinal) que se encontram os honrados agricultores que há tantos anos manuseiam as férteis terras do próspero município de Sertaneja.

Será que as escrituras lavradas pelos honrados senhores tabeliães por todos estes longos cinquenta anos — os registros nos Cartórios de Registro de Imóveis — as certidões negativas de Ônus ou gravame para a venda ou hipoteca, nada representam em favor do imóvel, — do adquirente de boa fé.

Ainda recentemente, ou mais precisamente, no último dia 4 de março, o excelentíssimo senhor Presidente da República, General João Baptista Figueiredo assinou Decreto considerando uma área existente às margens da estrada federal Cuiabá-Santarem, entre os rios Teles Piles e Renato, como área prioritária para a reforma agrária, ou fundiária, como a maneira mais rápida e eficaz, de no lugar referido, no Estado de Mato Grosso compeli as partes em litígio, em demanda, a uma composição amigável, precisamente para evitar problemas sociais tão nocivos e prejudiciais.

Bastou a simples declaração de sua prioridade para a implantação da reforma fundiária, para que as partes já estejam se compondo.

No caso em tela e que vem envolvendo diversos agricultores tradicionais do Município de Sertaneja não estamos e muito menos desejamos nos imiscuir através de nosso pronunciamento nesta Assembléia a decisão, que compete ao honrado Poder Judiciário. Entretanto, jamais poderemos abdicar do sagrado direito que esta tribuna nos confere, de propugnar na defesa dos interesses legítimos dos que labutam há dezenas de anos, de sol a sol, nas férteis terras do município de Sertaneja.

Os agricultores, hoje pressionados, sempre agiram de boa fé, acreditando na idoneidade da vendedora — a Cis. Barbosa — acreditando no instituto da propriedade, acreditando como nós, em todos — que haverão de se sensibilizar com tão grave problema, — que esse sim — se não for resolvido ou contornado a tempo como desejamos e esperamos, criará um foco de tensão social de consequências imprevisíveis.

Não estamos nos atendo no provável mérito ou validade por ventura existente nos títulos ou escrituras ajuizados em 1.928. Apenas e, somente isto — devemos reconhecer o valor moral dos títulos expedidos após aquela data, e em especial ao se reconhecer que os imóveis rurais daquela região jamais foram entregues ao abandono para simples especulação de preços.

A verdade é que não só as terras do município de Sertaneja, mas como as de toda a região alcançaram altos preços mesmo antes da inflação, porque nessas terras os seus adquirentes — brasileiros de todos os quadrantes — irmãos nossos oriundos de outras Pátrias — ali depositam o seu suor: o seu sangue, o seu trabalho, a sua esperança de transmitir um dia aos seus filhos, uma propriedade sã e de posse pacífica, que não pode ser desocupada em 10 DIAS como nos dá a notícia num ato decisório da Comarca de Jacarezinho.

Aqui fica o nosso apelo — a nossa preocupação e muito mais que isso a nossa esperança que todas as providências cabíveis sejam tomadas afim de evitar o grande problema social que na certa ocorrerá.

Que da luta judicial que se iniciou há mais de 50 anos se algum direito for conferido, que o seja, mas que tal solução não se faça arrebanhando um imenso patrimônio das mãos honradas dos que o fizeram valioso e produtivo."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

tados.

Temos recebido de órgãos representativos da região Oeste do Paraná, alguns telex, exaltando a necessidade do Parlamento e sobre tudo das autoridades Estaduais, sensibilizarem o Conselho Nacional do Petróleo, para que suste a vigência de uma Portaria, que limita o fornecimento de óleo combustível às Cooperativas e a Revendedores, como ainda estabelece critérios para o fornecimento de óleo Diesel.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a região Oeste do Paraná, sobretudo o Oeste do Paraná, sem somar-se a Noroeste e a Sudoeste, só o Oeste do Paraná, representada por 20 municípios, carrega para a produção do Estado, cerca de 40 por cento dos produtos agrícolas que esse Estado leva à distribuição e ao consumo de todo o Brasil e até do exterior.

Ali na região Oeste do Paraná, vivem mais de 1.300 pessoas. É uma população organizada em cooperativas, em Associações Comerciais, em organismos de classe, em sindicatos rurais, e todas essas entidades representativas. Sr. Presidente, estão a manifestar às autoridades superiores a preocupação das consequências que esta Portaria poderá trazer, não somente à economia do Oeste do Paraná, mas à economia do Estado do Paraná.

E é por esta razão que é imperativo a necessidade até do Governo do Estado, e, sobretudo, desta Casa de Leis, pronunciar-se junto a essas autoridades, no sentido de que esta portaria, draconiana, inoportuna, elitista, não entre em vigor, agora, na hora da produção do trigo, na hora do transporte do trigo; na hora do plantário da soja, do feijão, do milho, do arroz, criando com isto um problema de natureza aguda à economia e à sociedade paranaense.

Por esta razão, Sr. Presidente, os Deputados da Oposição, que representam, pelo menos do PMDB, que representam a região Oeste do Paraná, com os quais tivemos entendimento, subscreveram o seguinte requerimento: (Lê):

"Sr. Presidente.

Os Deputados que o presente subscreve, representantes legítimos das regiões OESTE e SUDOESTE do Estado do Paraná nesta Assembleia Legislativa, e com fundamento nas disposições do estatuto interno, vem a Vossa Excelência com o máximo respeito, uma vez ouvido o douto Plenário, que se digne oficial com urgência as autoridades acima enumeradas, no sentido de que o CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO suste a vigência da Portaria n.º DIRAB 119/80 de 13.3.80.

É que a referida portaria, baixada pelo Conselho Nacional do Petróleo, estabelece normas disciplinadoras de fornecimento de óleo combustível, largamente usado na secagem de produtos agrícolas, além de prever limitação no fornecimento de óleo diesel, indispensável ao transporte e acionamento de máquinas agrícolas.

Somente o Oeste paranaense, é responsável por uma produção de quarenta por cento das atividades agrícolas do Estado, cujo território é aproximadamente estimado em 23.123 km<sup>2</sup>, onde vivem 1.300.000 habitantes, existindo ali cerca de 72.000 propriedades rurais.

O sistema socio-econômico está congregado em várias cooperativas, filiadas à central COTRIGUAÇU, e o comércio e indústria, ativa suas organizações através de organismos de classe, que também pela CACIOPAR — Coordenadoria das Associações Comerciais e Industriais do Oeste do Paraná, com sede também em Cascavel.

Tendo em vista os efeitos dessa portaria, essas organizações, manifestam-se publicamente suas preocupações formalmente perante às altas autoridades, no sentido de alterar a vigência dessa portaria.

Dentro de mais alguns dias iniciam-se os trabalhos de colheita do TRIGO, seguindo-se o preparo para o imediato plantio de soja, milho, arroz, etc., inclusive o feijão, o que deman-

dará um lapso de tempo que irá até dezembro próximo.

A nossa economia, gravita em torno, basicamente da agricultura, como fonte primária de divisas e de matéria prima para grande parte do complexo industrial do Estado e do País.

Se medidas não forem adotadas com determinação e oportunidade, não temos dúvida de que os efeitos serão prejudiciais aos interesses nacionais, enquanto não dispusermos de um sistema alternativo eficaz e disponível. Daí o apelo em nome das regiões e do próprio Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1980.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

APOIAMENTO: LINEU TURRA, AUGUSTO CARNEIRO, NELTON FRIEDRICH, GERNOTE KIRINUS, DARCY DEITOS e DENI SCHWARTZ."

Esta portaria, Sr. Presidente, ficou engavetada por um determinado lapso de tempo, e foi agora publicada, exatamente no clarear da safra de trigo, Sr. Presidente.

Não é admissível que as autoridades estejam cochilando com problemas da natureza da agricultura, de onde sai, Sr. Presidente, quase setenta por cento da economia nacional.

E é exatamente nesta hora, Sr. Presidente, que precisam os representantes populares, representantes do povo brasileiro, gritarem, falarem, reivindicarem e impedirem até, que o Governo não faça mais esta agressão com ele próprio, com a Nação inteira.

Sr. Presidente, é que esta portaria, baixada pelo Conselho Nacional do Petróleo, estabelece normas disciplinadoras do fornecimento de óleo combustível, largamente usado na secagem de produtos agrícolas, além de prever limitação no fornecimento de óleo Diesel, indispensável ao transporte e ao acionamento de máquinas agrícolas.

Somente no Oeste do Paraná se produz quarenta por cento de riquezas geradas na agricultura paranaense. O sistema sócio-econômico está congregado em cooperativas, associações comerciais e industriais, além dos sindicatos representativos das classes patronais e trabalhadoras. E todas essas entidades estão nos enviando telex no sentido de que tomemos posição contra a vigência abrupta, inesperada, inopinada desta portaria.

E, tendo em vista, que os efeitos dela poderão, Sr. Presidente, para concluir, criar problemas sérios não só na colheita mas no plantio dos cereais indispensáveis para carrear divisas a este País, claudicante, é que estamos fazendo aqui, hoje, este apelo, no sentido de que as autoridades, pelo menos, no mínimo, Sr. Presidente, entrem em contato com as organizações representativas de classe para sentirem este problema, para não obstaculizar o desenvolvimento sócio-econômico do Paraná.

Por esta razão, encaminho à Mesa, com as assinaturas dos Deputados que a contém.

Muito obrigado.— (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Egon Pudell.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tomamos conhecimento, hoje, através da imprensa, de um dado que nos causa muita apreensão. O Instituto Internacional de Pesquisa sobre a Paz, com sede em Estocolmo, instituição que trata de problemas ligados à paz e à guerra, divulgou o seguinte:—

"O Brasil é o maior comprador de armas da América Latina, tendo adquirido vinte e quatro por cento de todo o armamento importado pelos países do continente."

O documento do referido Instituto garante que, em 1977, o Brasil comprou vinte milhões de dólares em armas norte-americanas, inclusive cinco mil granadas de gás lacrimogêneo.

Constatou-se também que, em 1.978, o Brasil importou armas no valor de um bilhão, 951 milhões de dólares. E no ano passado, as compras brasileiras foram no valor de um bilhão, 842 milhões de dólares.

São os contrastes de um País que, infelizmente, é governado por pessoas incompetentes e insensíveis. Enquanto gastamos bilhões de dólares na importação de armamento bélico, no Norte e no Nordeste, existem quase 40 milhões de sub-empregados, sub-alimentados, que não têm direito a coisa alguma.

No resto do Brasil, excetuados os centros urbanos mais evoluídos, existem outros 40 milhões de brasileiros que jamais viram água encanada, que jamais viram esgoto, que jamais viram escola, ou qualquer outra coisa parecida com civilização, enquanto nosso governo compra granadas de gás para atirar em trabalhadores e estudantes, o Brasil é o líder no campeonato mundial de desnutrição. Produzindo população sub-nutrida, seres de corpos fracos e cérebros de capacidade reduzida.

A sub-nutrição brasileira é hedionda, repulsiva e triste.

As estatísticas estão a desnudar, diariamente, informe do Planalto: — no Brasil morre uma criança por minuto. E morre de fome!

Aqueles que usurparam o poder, devem saber que o Brasil tem alta taxa de concentração de calculadoras de bolso. O Brasil produz aparelhos de televisão a cores, vendidos no crediário, para quem não tem recursos para comprá-los; que as empresas automobilísticas produzem, por ano, mais de um milhão de veículos para servir o pequeno mercado consumidor, para servirem aos 5 por cento de ricos deste País!

Um País pobre tem que cuidar de produzir coisas para o consumo de gente pobre, de forma que a população possa ir melhorando o nível de vida.

Enquanto o Brasil é o campeão latino-americano de importação de armas, mais de 2 milhões de jovens, entre 17 e 18 anos, estão desempregados, pois não conseguem emprego porque estão prestes a fazer o serviço militar.

Existe um milhão e 400 mil rapazes de 17 anos alistados, só no Exército, sem contar os que se alistaram na Marinha e Aeronáutica, nessa faixa de idade não conseguem emprego. Enquanto metralhadoras, canhões, navios, aviões, os Estados estão falidos e o Paraná, um dos principais Estados agrícolas do País arrecada apenas 5,7% do ICM nacional.

Enquanto importamos armas, o Ministro da Marinha, Almirante Maximiliano Fonseca, vai dizer hoje na Ordem do Dia da Marinha, o seguinte: "Entretanto todos os brasileiros devem estar alertas contra o radicalismo de alguns que, sob o pretexto de atingir plenamente a plenitude democrática, visam realmente tumultuar o processo em benefício de seus propósitos inconfessáveis".

Ontem foi o Brigadeiro Délio Jardim de Matos da Aeronáutica dizendo ironicamente, que "nós já estamos sabendo conviver com a inflação", hoje é o Ministro da Marinha falando em "radicais", em "propósitos inconfessáveis". Nós encontramos esses propósitos inconfessáveis nos entreguistas e corruptos deste País, inclusive, no meio militar.

É hora desse Governo cuidar do nosso País com mais seriedade e mais honestidade, caso contrário o povo vai resolver por conta própria e vai traçar com suas próprias forças, os destinos deste País.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Da tribuna desta Casa, diversos Deputados se fizeram ouvir para alertar aos tecnocratas deste Brasil, do verdadei-

ro festival de besteiras que assola este Estado, quando autoridades do Ministério da Agricultura aqui estiveram para impor um novo estilo de agricultura, ou seja, o plantio de feijão no inverno.

Diversos Deputados de ambas as bancadas, fizeram, levantaram suas vozes, reclamando da verdadeira ignorância em relação às coisas brasileiras, em relação às coisas paranaenses e não só Deputados, mas agricultores, que tiveram, inclusive a coragem de, numa assembléia, realizada em Francisco Beltrão e na presença do Sr. Secretário do Ministério da Agricultura, levantar suas vozes, contestando a possibilidade de se colher feijão no inverno aqui no Estado do Paraná.

A coisa foi tão grave, que no Norte do Paraná, houve até ameaça de que quem não plantasse feijão, não receberia outros financiamentos.

O que aconteceu? Feijão não deu e os agricultores agora estão sendo verdadeiramente massacrados pelo próprio Governo.

Recebi hoje, Srs. Deputados, e todos os demais deverão receber também se isto já não aconteceu, um manifesto elaborado pela Comissão de Representantes dos agricultores dos municípios do Sudoeste do Paraná em que esses agricultores estão fazendo algumas exigências do Governo.

Vejam as suas exigências, para ver como o nosso agricultor não é um marginal:— "Queremos o Pró-Agro de 100% para as áreas plantadas na proporção da colheita, conforme foi prometido. Queremos a devolução do que fomos obrigados a pagar injustamente.

E vejam mais o que dizem os senhores agricultores: "Somente pleiteamos o que nos pertence. Portanto, de sã consciência, faremos a devolução da parte financiada, porventura não plantada, mas exigimos que a área tenha também uma missão correta e que não seja calculada pelos fiscais a olho nu ou a passos".

Srs. Deputados, acrescentam esses Presidentes de Sindicatos de agricultores, algo de muito sério e que deve ser meditado por esta Casa. Talvez o Paraná tenha a felicidade de, pela primeira vez na história brasileira, iniciar uma greve da agricultura, porque os senhores agricultores exigiam o seguinte:—

Estamos todos esperando justiça e enquanto, não for cumprido o que nos foi prometido, e atendido as reivindicações acima, não faremos nenhum pagamento ao Banco do Brasil com referência aos financiamentos desta frustrada safra e tão pouco, plantaremos o feijão das águas para não vermos novamente nossos direitos lesados.

Srs. Deputados, me sinto satisfeito, em ver que os colonos da minha Região, estão ameaçando o Governo que aí está, o Governo dos Delfins, com uma medida efetiva. Estou satisfeito, porque vejo até a minha pregação naquela Região. Pregação de que é o agricultor o pequeno agricultor, o único que pode fazer greve neste País, poderá fazer uma greve indefinidamente, basta não plantar para vender aos homens que vivem nas cidades, basta plantar para si e suas famílias. E, esta pregação que nós temos feito, por termos vergonha da exploração que o homem do campo está tendo por parte deste Governo que, não considera o homem como um ser e sim como uma máquina.

Quero parabenizá-los desta tribuna, com os Presidentes dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, que em manifesto dizem que não vão pagar o Banco do Brasil e não devem pagá-lo. E, dizem também, que não plantarão, porque serão novamente lesados. Quando o feijão estava na mão do agricultor ele foi tabelado mas, no momento em que passou para a mão dos tubarões agora foi liberado o seu preço, para o homem aqui da cidade, deve pagar muito mais.

De parabéns, estão os colonos do Sudoeste do Paraná por levantarem a sua voz contra o Banco do Brasil que não

devem pagar, porque esse mesmo banco que hoje está exigindo dos colonos, a restituição de um empréstimo em má hora dado, é o mesmo banco que não cobra aqueles magnatas que pegaram o adubo papel, que pegaram calcário papel, que quando se começou a investigação se descobriu serem homens de posse, serem políticos importantes nesse País, e o caso foi esquecido. Meus parabéns aos colonos do Sudoeste, que estão a prometer uma verdadeira greve neste País, greve que nós estimamos, tenha o maior êxito, até que esse Governo resolva considerá-los como seres humanos e não como animais.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós, mais uma vez, estamos desta tribuna para externar a nossa opinião. Uma opinião divergente de um lado e concordante de outro.

Divergente quando o meu amigo Deputado Fiori Luiz ataca o eminente Ministro Délio Jardim, nosso companheiro, nosso amigo, essencialmente democrata e responsável pela abertura democrática em nosso País, conforme ele demonstrou aqui em Curitiba, conforme demonstrou Délio Jardim sem que isto nos leve a ser chamado de bajulador. Porque nós conhecemos o espírito democrático desse Ministro, conhecemos as necessidades prementes de um País que, quando o mundo está em ebulição, necessita de se arrumar, não para agredir mas, para se defender.

Então, é a nossa tese, a nossa opinião particular, contrária ao meu eminente amigo Deputado Fiori Luiz. E, o nosso contentamento ao ver Deni Schwartz, vir à tribuna e falar a verdade verdadeira, quando se fala no escândalo, que é o escândalo dos insumos e dos adubos, quando se fala da incompetência dos homens que estão à testa da agricultura e das diretrizes da agricultura brasileira. Então esse homem que é, Deni Schwartz, homem que nós divergimos e tivemos atritos, mas nem por isso, deixamos de louvar a sua atitude, quando vem em defesa da bandeira dos menos favorecidos, dos homens paranaenses, dos homens que estão sendo ludibriados por esta euforia da agricultura má conduzida, pelo super-Ministro, que de super ele só tem a gordura.

Então é isto que eu quero me parabenizar com o Deputado Deni Schwartz neste instante em que a sua voz se alevanta nesta Assembléia Legislativa, para defender os colonos, os homens vilipendiados por aqueles que em suas manobras conseguem deturpar os fatos e iludir até o próprio Presidente da República.

E é neste instante que nós temos que nos dar as mãos. Temos em defesa da Pátria e da Bandeira, estarmos unidos com um só pensamento, que é o Paraná e é o Brasil. E o nosso grito de alerta, Deputado Deni Schwartz, há de fazer sentir pelo menos uma parcela do povo do Norte Pioneiro, junto com Vossa Excelência. E quem está de parabéns são os homens que vêm à tribuna, para denunciar a verdade, para dizer que o colono pequeno está vilipendiado. Para dizer que os homens que não têm acesso ao Banco do Brasil e à grandes falcatruas que estão existindo neste País; para os homens que dão condições de financiamento para comprar o feijão fora de época uma lavoura primária, uma lavoura que os homens do interior como nós, acostumados e afeitos a saber a sua época de plantio, deveria também ser do conhecimento e do domínio, daqueles que dominam a agricultura paranaense. Daqueles que manuseiam as verbas, para dar a seus apadrinhados.

E é por isso que haveremos de dizer ao Sr. Ministro do Planejamento, ao Sr. Ministro da Agricultura, que eles estão errados.

E Deputado Deni Schwartz, leve os meus parabéns, o

meu reconhecimento, e o reconhecimento do povo do Norte-Pioneiro, que também sofre na carne, porque não tiveram a tutela, não tiveram o poder de manobra, para serem recuperados e pagos pelo Pró-Agro.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao último orador inscrito, Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Como bem ouvi da tribuna, num instante atrás, o País precisa se armar para se defender. Defender o que? Defender Itaipu? Defender Usinas Nucleares? Projetos Jari? Como outrora precisou defender a Trans-Amazônica, Pontas Rio-Niterói, etc.

E quem defenderá o povo da miséria, da vida indigna? Quem defenderá o povo é a grande pergunta que nós fazemos e que fazia o Deputado Fiori Luiz há poucos instantes.

E realmente parece-me que a agradável visita que tivemos no Oeste do Paraná, a convite da Comissão Pastoral da Terra, de um bispo dos mais comprometidos, mais engajados ao lado do povo brasileiro, o Bispo D. José Brandão de Castro, de Sergipe, Propriá, que nos trouxe nesta visita que lá fazíamos, exatamente na área a ser inundada pela futura represa de Itaipu-Bi-Nacional, a mensagem de confiança. Mas confiança na unidade do povo.

Porque dizia então, D. José Brandão de Castro, que é estarecedor, que o método usado na sua região pela Companhia CODEVA SP (?) em construção também de hidroelétricas, em desapropriações, é o mesmo método espoliativo que está sendo usado por Itaipu, quando ouvia os depoimentos daqueles lavradores.

Dados coletados nesta pequena peregrinação, pelo fundo do futuro lago que se assentará sobre povoados, sobre famílias, sobre culturas que lá foram construídas e que estão agora agonizando diante do processo indenizatório, nós temos alguns aqui apenas para não nos estendermos demais.

Por exemplo, o Sr. Schneider, de Santa Helena, Linha Progresso, verificou que todas as propriedades vicinais às suas foram indenizadas logo de início, e o mesmo continua esperando indenização até os dias de hoje.

Itaipu, em resposta a requerimento nosso, diz que não há descontentamento, que não há morosidade, que já conseguiram indenizar 45%, isto, diga-se de passagem em 2 anos e meio, falta um ano e meio para chegarem as águas.

Depoimentos do Sr. Bortolini, que já assinou a proposta e contrato há mais de 1 mês, e, até o momento, não viu a cor do dinheiro, e já assumiu compromisso em compra de outras áreas.

Por exemplo, o depoimento de Porto Mendes, do Sr. Bruno, possui 6 chácaras, e, até o momento, foi indenizado somente por 1 chácara, isto em 1.978, exatamente a chácara onde reside, que necessitaria que fosse indenizada em conjunto para poder instalar-se em outro lugar, está a esperar até hoje por essas indenizações.

O Sr. Liberto Mueller, possui 7 chácaras, e foi indenizado apenas por 3, e assim poderíamos seguir. O Sr. Conrad, por exemplo, que denuncia que as medidas da Itaipu não condizem com a real existência da terra. Itaipu passa a descontar 2 alqueires, de uma área de 2 alqueires, computando estradas municipais que ele havia doado terras para essas estradas, descontando margem de dois rios, perdendo, assim, 2 alqueires que não são indenizados.

Poderíamos citar um caso especial em Entre-Rios, do Sr. Bertoldo Becker, que, numa área remanescente, só para concluir, Sr. Presidente, foi desapropriado por 500 metros quadrados, por dois mil e quinhentos cruzeiros. No entanto,

deveria ele pagar Cr\$ 3.500,00 para despesas de mapa, zoneamento, e várias despesas que Itaipu cobra dos agricultores. Teria que pagar para entregar a sua terra.

E aqui nós temos a resposta ao nosso requerimento, do General Costa Cavalcanti, que diz que tudo isso é mentira.

Eu ainda continuo acreditando no nosso povo, que faz estes testemunhos com desespero de causa, porque a um ano e 5 meses as águas estarão aí e provavelmente muitos ficarão sem indenização, e as mensagens que nos dá o General Costa Cavalcanti da Itaipu-Binacional a esta Casa, eu gostaria de, pessoalmente, não aceitá-las, enquanto não tratar a nossa gente com justiça.

Muito obrigado (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Um dos problemas que mais nos tem angustiado e que nos leva a um trato contínuo com pesquisas, trabalhos e investigações, exatamente é o problema do defensivo agrícola.

Por isso, estamos na tribuna hoje, e poderíamos intitular esta passagem para falarmos sobre o veneno nosso de cada dia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Os defensivos agrícolas são usados em maior quantidade a cada dia que passa e ganham números mais variados de aplicações.

No Brasil, a questão é mais trágica.

Nos últimos 16 anos, o consumo aumentou inúmeras vezes. Segundo dados da Revista "Granja", n.º 375, de abril de 79, o Brasil situa-se hoje, entre os maiores consumidores mundiais de defensivos.

De 1.970 a 1.974 o consumo aumentou em 150 por cento, passando de 40 mil para 101 mil toneladas. Em 1.975, as vendas no setor, atingiram 215 mil toneladas, superando as expectativas de consumo para 1.979, que eram de 214 mil toneladas. E situando-se, pouco abaixo das previsões para 1.980, de 230 mil toneladas de defensivos agrícolas consumidos no País.

Tanto isso é verdade que os grandes fabricantes mundiais consideram a região Centro-Sul do País, como um dos maiores, dos mais promissores e competitivos mercados consumidores do mundo. Nosso País está entre os 4 maiores consumidores de defensivos agrícolas do mundo, sendo que, eis a primeira gravidade, os Estados do Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul, consomem 90 por cento desses insumos.

Acresce ainda, Srs. Deputados, que 70 por cento do total de defensivos consumidos, no País, são de procedência estrangeira.

Chegamos ao cúmulo de existirem casos de pragas que, em vez de serem destruídas, estão sendo estimuladas, tal é o mau emprego de defensivos agrícolas.

Em nossa alimentação, nós brasileiros, na atualidade, estamos consumindo inseticidas em quantidade 20 vezes superior ao padrão máximo estabelecido pela Organização Mundial da Saúde. O OMS, um órgão insuspeito da ONU, dispõe e prevê que é de 0,005 miligramas, por quilo-dia de alimentos ingeridos, o padrão para o consumo de resíduos venenosos provenientes de inseticidas e outros defensivos.

Mas nós, no Brasil, estamos já consumindo 20 vezes mais do padrão máximo estabelecido pela Organização Mundial de Saúde.

Nos últimos anos, nos últimos 10 anos, registraram-se, em nosso País, mais de uma centena de mortes e mais de 2 mil envenenamentos de pessoas, nas zonas rurais, cujas planta-

ções foram tratadas com defensivos.

Esta é uma estatística somente de casos oficiais, não se levando em conta os casos de pessoas afetadas que não procuraram as Secretarias de Saúde dos Estados.

Só no ano de 1.974, segundo o professor gaúcho J.J. Carneiro, morreram intoxicados por DDT, no Rio Grande do Sul, cerca de 400 bois que, rompendo cercas, invadiram plantações de soja tratadas com pesticidas.

Sr. Presidente, chegamos ao ponto de ter, exportações de carne do País, rejeitadas em outras nações devido ao teor nocivo de produtos agro-químicos condenados. Soma-se aqui e agora, que no Estado do Paraná, em determinadas regiões, a maioria dos rios está contaminada fazendo com que os peixes estejam praticamente exterminados.

Alguns países já estão devolvendo produtos agro-pecuários, devido ao teor de pesticida, que estão acima dos níveis permitidos por suas legislações.

Os Estados Unidos, é o exemplo típico que já ameaçou devolver recentemente partida de carne industrializada, por conter pesticida acima dos níveis tolerados por aquele País e diversos países europeus, por outro lado, deixaram até de comprar alguns produtos, inclusive palmito brasileiro em determinadas regiões pelo mesmo motivo.

No entanto, os casos que vêm à tona são mínimos pois os estragos e prejuízos advindos do uso indiscriminado de defensivos agrícolas são os mais diversos. O solo, as plantas, e animais estão doentes por causa dos defensivos em especial comprometendo ainda mais a já debilitada saúde do homem brasileiro.

Ademais, Sr. Presidente, Srs. Deputados, os defensivos agrícolas não são específicos, uma vez que matam a praga e ao mesmo tempo matam outras formas de vida, desencadeando, por conseguinte, violentos processos de desequilíbrio ecológico.

Como o defensivo agrícola é um dos recursos necessários para o desenvolvimento da agricultura e mesmo da pecuária e paralelamente, é também um dos mais temíveis pelos prejuízos que pode causar à saúde do homem e ao equilíbrio da natureza e o seu consumo e uso, devem ser profundamente controlados, através de prescrição de agrônomo e veterinário, visando a segurança do meio ambiente e da saúde pública.

Na nossa região são inúmeros os casos em todas as safras agrícolas de intoxicações e até mortes, devido à má prática do uso do defensivo agrícola.

Bem sabemos Sr. Presidente, Srs. Deputados, que existem diversas maneiras para se regularizar o uso das inseticidas. Sabemos inclusive do desenvolvimento de pesquisas que o controle das pragas pode ser feito através do controle químico, do controle biológico, genético, legislativo, etc.

É óbvio que a nós, como parlamentares, cabe em especial o controle legislativo.

Por esta razão é que nós viemos a esta tribuna também para fazer referência ao projeto que estamos encaminhando à Casa, no sentido de se determinar no Estado do Paraná uma exigência que já se iniciou em 1.973 através da Sociedade Agronômica Gaúcha e que recentemente o Governo daquele Estado, impôs como norma a todos os agricultores e pecuaristas do Estado.

Trata-se do receituário agrônomo e por esta razão, leremos o esboço que já elaboramos com referência a esse projeto: (Lê):

"**Súmula:** Dispõe sobre a comercialização de defensivos agropecuários, submetendo-a à obrigatoriedade de RECEITUÁRIO AGRÔNOMO e VETERINÁRIO para sua aquisição e determina outras providências.

Art. 1.º — Os defensivos agropecuários que apresentem nocividade ou periculosidade à saúde ou ao meio ambiente,



conforme classificação a ser estabelecida, no mínimo uma vez por ano, pelo TECPAR (Instituto Tecnológico do Paraná), IAPAR (Instituto Agrônomo do Paraná), IBSP (Instituto Biológico de São Paulo) ou CETRS (Centro de Estudos de Toxicologia do Rio Grande do Sul), somente poderão ser vendidos mediante a apresentação de receituário firmado por Engenheiro Agrônomo ou Veterinário, gratuitamente, a serviço da EMATER/PR.

**PARÁGRAFO ÚNICO** — Considera-se defensivos agrícolas, para efeito desta lei, todas as substâncias ou misturas de substâncias de natureza química ou biológica a serem aplicadas às plantas ou animais, com a finalidade de prevenir, destruir ou repelir insetos, pragas, vermes, doenças ou ervas daninhas que sejam prejudiciais ao seu desenvolvimento normal.

**Art. 2.º** — O receituário, tratado no artigo anterior, deverá ser prescrito de conformidade com as características da região e conterá os seguintes itens:

- I — espécie;
- II — precauções e danos sobre toxicidade;
- III — aplicação máxima e mínima, quando for o caso;
- IV — tempo de uso, de exposição ou aplicação;
- V — equipamento a ser usado.

**Art. 3.º** — A Secretaria do Estado da Agricultura compete fiscalizar o cumprimento do estabelecido na presente lei.

**Art. 4.º** — Sem prejuízo da responsabilidade penal cabível, os que deixarem de cumprir o disposto nesta lei ficarão sujeitos às seguintes sanções:

- I — Advertência;
- II — Multa, aos estabelecimentos comerciais, variáveis entre 5 e 20 vezes o salário mínimo regional;
- III — Embargo do produto;

É óbvio, abre-se um parêntese, que há toda uma legislação que poderia bem tratar do assunto para os infratores, mas, há que se também definir aqui, alguma medida coercitiva e até repressiva.

**Art. 5.º** — O Poder Executivo baixará, após ouvirem a Associação dos Agrônomos do Paraná e o Conselho Nacional de Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos, no prazo de 90 dias, o Regulamento e demais medidas complementares que se fizerem necessárias à execução da presente lei, inclusive sobre a forma de implementá-la nos municípios onde não existir profissional habilitado ou escritório competente da EMATER/PR.

**Art. 6.º** — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

Segue-se à justificativa.

À primeira vista, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é possível que algum parlamentar já esteja entendendo como possivelmente, inconstitucional este Projeto.

Todavia, cabe aqui ressaltar que o Brasil está tão atrasado e acanhado na legislação específica do trato da Saúde Pública, em especial, proveniente de produtos agro-químicos que inclusive, ao cochilo da própria Constituição Federal, que dá aos Estados poderes para atuar na questão do meio ambiente, porque o art. 13.º da nossa Constituição no parágrafo primeiro, diz que aos Estados são reservados todos os poderes que explícita ou implicitamente não lhes sejam vedados por esta Constituição.

E, segue-se Sr. Presidente, que nas competências conferidas à União, para legislar exclusivamente sobre o meio ambiente, por exclusão, o Estado pode dispor sobre a matéria. Ficaria talvez a indagação de que isso implicaria em custos ao Estado, mas por esta razão também procuramos minimizar ao máximo, prevendo, de que o receituário agrônomo seria dado gratuitamente, através dos escritórios da EMATER, bem como, que o Estado através de convênios, possa mitigar a

problemática nas áreas em que não existir tal serviço ou houver dificuldades para o contato com o agrônomo ou veterinários.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o risco dos inseticidas, hoje torna comum todos os países do mundo mas, com mais gravidade, esse risco está presente nos países do Terceiro Mundo.

Termino a parte do Deputado Lázaro Dumont.

**O Sr. Lázaro Dumont** — Nobre Deputado, primeiramente, peço desculpas a Vossa Excelência por interromper o brilhante discurso que Vossa Excelência vem fazendo nesta tarde, aqui na Assembléia Legislativa.

E me congratular com Vossa Excelência pela importância do assunto que Vossa Excelência traz hoje para nós.

Realmente, nunca o meio ambiente foi tão badalado neste País, como no momento em que vivemos.

Se fez novela, com o tema relacionado com o meio ambiente, músicas, têm várias, inclusive, músicas de sucesso, com autores de renome; peças de teatro, cinema; peças de televisão, enfim, campanhas, associações, realmente, hoje, o meio ambiente é um dos assuntos mais ventilados neste País.

Mas, por um lado, se nós temos hoje como um dos assuntos que se dá maior importância neste País, o meio ambiente, por outro lado nunca se cometeu tanto crime neste País, como se comete hoje, exatamente contra o meio ambiente, a poluição do rio como disse Vossa Excelência, o desmatamento indiscriminado, estamos vendo aí nos jornais ainda de hoje, mais um crime que se quer cometer, principalmente no nosso Estado, e com o apoio inclusive de algumas autoridades, que é a entrega da Ilha do Mel a grupos particulares. A própria Quedas de Guaíra, acredito que nenhum País se daria ao luxo de tirar a possibilidade do homem apreciar tão grande espelho da natureza, como nós temos no nosso Estado e que será destruída com o represamento de Itaipu, enfim, realmente há necessidade de um instrumento que venha coibir e dar oportunidade para que próximos de uma forma ou de outra, colaborar com a produção e recuperar alguma coisa do meio ambiente.

Mas, Vossa Excelência toca num outro assunto realmente de grande importância, o problema dos fertilizantes, dos inseticidas, que hoje com o propósito de se aumentar alguns quilos à mais, num hectare de terra, estamos envenenando as terras em prejuízo realmente alarmante para as gerações futuras. Precisamos estimular a recuperação do solo, através de fertilizantes que não envenene a nossa terra, e que não envenene também o próprio alimento que o homem está comendo hoje.

E isso me faz lembrar, nobre Deputado, de uma oportunidade que eu tive de visitar o Estado de Nebraska, nos Estados Unidos, o Estado, parecido com o nosso Estado do Paraná, onde as culturas de maior evidência são exatamente o algodão, a soja, o trigo e o milho. E visitando os campos de plantações nesse Estado, verificando que de cada 100 ou 150 metros na propriedade, havia uma espécie de reserva ou de uma leira, que Vossa Excelência bem sabe o que é uma leira, de aproximadamente 5 a 10 metros de largura, com mato. E era uma região bastante plana, então eu tive a curiosidade de perguntar àqueles lavradores, porque aquele mato, exatamente no meio destas plantações de soja. E o lavrador me disse: realmente eu tomo prejuízo, perco um pouco da minha terra que eu poderia plantar soja. Mas em compensação não tenho que comprar o inseticida, para combater as pragas, que estão aqui.

Aliás, este lavrador que eu fiz a pergunta através do intérprete, com a resposta do intérprete, deu uma resposta que eu achei fabulosa. Ele disse assim para mim: Olha, você só come pão com mortadela, quando você não tem um bom arroz com feijão para comer, ou um outro prato, que o valha,



então você acaba comento pão com mortadela. Então, a soja, para determinado tipo de praga, é pão com mortadela. Tiram o prato predileto desses insetos e ele passa a atacar aquilo que serve de alimento para o homem. Se colocar determinado tipo de vegetação, que eles preferem, eles deixam de atacar a alimentação, os produtos agrícolas e vão comer o mato. Foi a resposta que me deram.

Eu quero me congratular mais uma vez com Vossa Excelência pela importância do assunto, pelo carinho que Vossa Excelência está dedicando a este assunto, e desde já tem o apoio incondicional deste modesto Deputado.

Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o aparte, inclusive o seu apoio, e só para reforçar esta colocação muito oportuna, da preferência que o inseto, a praga, dá a determinados produtos agrícolas, pela ausência de matas e pela ausência de algum outro produto da natureza que eles absorveriam.

E a prova está, Deputado, num trabalho muito bem feito pelo Instituto da Unicamp que pesquisa o controle biológico das pragas na lavoura e que é oportuno aduzir aqui. Onde este estudo conclui:

"Depois de detectado os aspectos que envolve o surto da praga em determinada cultura, pode-se combatê-la utilizando-se inúmeros critérios." A ciência, por exemplo, e não cabe portanto a nós, negar absolutamente a Tecnologia e a Ciência mas saber utilizá-las. A Ciência conseguiu descobrir a substância química, fenômenos sexuais, que gera a atração sexual entre os insetos. Até isto já se conseguiu fazer aqui em São Paulo e inclusive em outros Países.

Após seu isolamento é possível evitar o cruzamento de insetos-praga, evitando assim a propagação do ataque desencadeado às lavouras. Além disso, o controle químico permite, por exemplo, que seja injetado no campo, os hormônios que fazem com que os insetos permaneçam sempre jovens, até a morte, obstruindo assim a sua transformação em adultos, idade em que atacam as plantações.

E diz mais este estudo:— O agricultor precisa saber qual a eficiência dos inimigos naturais no controle da praga. Os inimigos naturais, parasitos e predadores, em relação aos defensivos químicos, são muito mais sensíveis que a própria praga e aplicação daqueles produtos pode eliminar uma arma natural, existente na natureza.

Provando de que aqueles animais micro-organismos que existem na natureza, os próprios insetos, são mais perecíveis ante os defensivos agrícolas, do que a própria praga, do que o próprio inseto, prejudicial.

E diz mais o mesmo estudo. A ocorrência de um inseto no campo não significa praga. O susto que o agricultor leva não é pois real. Pois ele não faz uma avaliação para saber, por exemplo, se vale a pena combater uma praga que atinge 10 por cento de sua produção, isto é, se na produção final, os custos da aplicação de defensivos, não seriam superiores a perda de 10 por cento da produção.

Mas aí entra o aspecto terrível e por isso me parece que algumas medidas acanhadas como esta que pretendemos auxiliariam a rompermos o cerco porque hoje se coloca na terra os defensivos agrícolas, que os vendedores pretendem, que as multinacionais impõem e controlam o mercado de produtos agro-químicos. E aí está, a nossa região, é prova disso, o processo de esterilidade e até de desertificação do solo, em função, inclusive, do uso indiscriminado de produtos agro-químicos.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Deputado, quero parabenizar Vossa Excelência por sua brilhante iniciativa na apresentação desse projeto, pois, desta forma, teremos garantido não só a acei-

tação de nossos produtos agrícolas pelos nossos importadores, bem como a saúde do nosso povo.

A abrangência do projeto é muito importante. Como Vossa Excelência sabe, no ano passado, discutimos nesta Casa e brigamos pela não instalação de uma indústria altamente poluente no Vale do Rio Jagaricatu, no Município de Sengés, que é a Braskraft, ela vai ser instalada naquela região, vai poluir um dos rios com maior saúde do nosso Brasil. Isto porque, nós não temos uma legislação decente para impedir que se faça verdadeiros crimes contra a natureza.

Por isso, nobre Deputado Nelton, partindo de Vossa Excelência, só podíamos esperar um projeto tão sério, tão abrangente e tão profundo, e quero, nesta oportunidade, dizer que estamos ao seu lado, porque é um projeto seriíssimo, e mais uma vez, parabenizar com Vossa Excelência pela brilhante iniciativa.

Muito obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Muito obrigado, até pelas referências pessoais, não merecidas, mas que servem de estímulo, porque bem sabemos que, na verdade, temos em mãos inúmeros documentos do Estado de São Paulo, do Estado do Rio Grande do Sul, pesquisas, trabalhos, inclusive...

O Sr. Fidélino Tolentino — Deputado Nelton, posteriormente Vossa Excelência me permitiria um pequeno aparte?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Com muito prazer.

Inclusive, temos em mãos os três projetos que hoje tramitam na Câmara Federal sobre o assunto, mas que, por incrível que possa parecer, permanecem numa morosidade a toda prova, porque bem sabemos que há interesses superiores por traz de leis que possam evitar o uso indiscriminado de produtos agro-químicos.

Há, hoje na Câmara Federal, projeto do Deputado Júlio Campos, projeto do Deputado Freitas Nobre, e ainda um outro projeto do Deputado Augusto Trem, onde até fomos buscar algumas inspirações para o que hoje estamos apresentando.

Mas, antes de dar ao Deputado Tolentino, já me pedira antes um aparte o Deputado Bernardi, e em seguida, ao nosso prezado companheiro Tolentino.

O Sr. Renato Bernardi — Deputado Nelton Friedrich, já se tornou praxe nesta Casa, ao se principiar um aparte, parabenizar o orador que está na Tribuna.

Mas, hoje eu o faço, dizendo que a nossa Bancada sente um grande orgulho em tê-lo como seu integrante, porque realmente esse projeto de lei que Vossa Excelência apresenta, deve representar também uma tomada inicial de posição efetiva do parlamento paranaense, em termos de um problema tão grave que está verdadeiramente comprometendo a qualidade de vida e o futuro das nossas gerações em termos de interior, e posteriormente, em termos de qualidade de vida das áreas metropolitanas, que a cada dia que passa, mais se incham e se enchem e, conseqüentemente, podem também comprometer, inclusive, a estabilidade social deste País.

Portanto, eu o cumprimento, mas entendendo que o projeto que Vossa Excelência apresenta, deve ser o marco inicial de uma grande caminhada e, quem sabe, o Estado do Paraná poderá estar na vanguarda disto.

Mas, quero também, nesta oportunidade, companheiro, lembrá-lo de que grandes obstáculos vamos enfrentar pela frente.

Veja Vossa Excelência que há interesses econômicos de grande poder e grande força, aliados e mancomunados com a tecnocracia vigente e imperante neste País, que certamente irão se defender para perpetuar este estado de coisas.

Vossa Excelência fala em defesa da população, dos seus meios de produção, da sua produção de alimentos, em termos da indústria agro-química. E veja Vossa Excelência que hoje neste País, enquanto nós importamos fertilizantes e deriva-

dos de petróleo a preços altíssimos, esses fertilizantes e insumos têm financiamento total e imediato por parte dos órgãos estatais. O País é rico em matéria orgânica, em insumos orgânicos, não têm, por parte dos organismos estatais, qualquer preferência de financiamento, mostrando, claramente, o poder do monstro que está aí a proteger esses interesses multinacionais que, seguramente, não terão qualquer interesse na aprovação do projeto de Vossa Excelência.

Muito obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o aparte oportuno e rico na avaliação e na análise. Mas, é evidente que o nosso projeto tem, ao menos, a importância filosófica de tentar conscientizar a comunidade, o agrônomo, o próprio agricultor, ou consumidor, trazendo até os aspectos técnicos e ecológicos, de uma prescrição técnica, para melhor definirmos a qualidade de vida de nossa gente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Vossa Excelência tem um minuto para concluir.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Obrigado. Concedo a metade de meu tempo ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Só quero me congratular com a seriedade dos pronunciamentos que Vossa Excelência traz a esta Casa. Nós que convivemos, há longos anos na região, não foi surpresa esta vocação que Vossa Excelência transporta para que a História testemunhe a preocupação de grande parcela dos representantes populares, com o equilíbrio ecológico, com o equilíbrio entre o capital e o trabalho. E sobretudo, a respeitabilidade da saúde, da vida e da liberdade das pessoas.

Este projeto representa estas três encarnações: da vida, da saúde e da liberdade.

Obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Obrigado, encerro, Sr. Presidente, dizendo que nos contatos que tivemos com a Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul, com a própria Sociedade Agrônômica daquele Estado, com a Associação Agrônômica do Estado do Paraná, com diversas entidades que buscamos informações e detalhes, recebemos também a preocupação até de que teríamos obstáculos, como o do próprio Ministério da Agricultura que ainda busca obstaculizar a aplicação do receituário agrônômico, no Rio Grande do Sul, atendendo interesses escusos.

Mas, com o receituário agrônômico, por certo, ao menos dificultaremos a disseminação dos defensivos agrícolas impedindo também, em parte, a depredação da natureza.

Por isso, é certo de que a adoção obrigatória desse receituário se, transformado em lei for, não será a solução ideal, mas é ainda alguma coisa, neste mar de intoxicações e envenenamento que acontece, em todos os dias, em todos os lares, e em todas as casas.

Por isso, aguardemos que esta Assembléia possa ter a melhor manifestação em torno deste assunto, para que possamos amanhã dizer, que acabamos, aos poucos, com o veneno nosso de cada dia.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Concedo a palavra, no horário reservado ao PMDB, ao Senhor Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Nação assistiu estarecida na tarde e na noite de ontem, a mais uma cena de violência e de arbitrariedade e acima de tudo, Senhores Deputados, de desrespeito a uma decisão judicial.

Diz-se, e foi dito com razão que o cinismo passou a ser uma qualidade e uma nota característica dos autocratas que se apossaram do poder ilegítimamente e casuísmo após casuísmo, tentam em vão e desesperadamente, a legitimação desse poder tomado à força há 16 anos, mas que pela resistência do nosso

povo, pela resistência das forças vivas da sociedade civil, essa legitimação não se dá, porque o povo dentro das limitações em que ele pode exercer o seu domínio sobre a sociedade, ele sabe e entende clara e perfeitamente que lado está o seu destino e para qual rumo deve caminhar a Nação.

Ontem, contrariando as determinações da justiça, houve o início de um massacre de estudantes que pacificamente pretendiam, no ato público, manifestar à opinião pública deste País, o seu direito de propriedade sobre o prédio da antiga União Nacional dos Estudantes.

Leio para que conste dos Anais da Casa, Senhor Presidente, o editorial da "Folha de São Paulo", edição de hoje: "A Justiça armada".

O incidente ocorrido junto ao prédio da antiga sede da União Nacional dos Estudantes do Rio de Janeiro, em que um Juiz de Direito se sentiu forçado a fazer cumprir pessoalmente, uma ordem judicial, que a própria Polícia Federal se recusava a acatar, põe a descoberto, a crise porque passa o respeito à legalidade no País. Ao que se sabe, na sequência do processo e dos recursos, houve uma decisão do Juiz Aarão Reis, atendendo a uma ação popular contra a demolição do prédio, concedendo liminar aos petionários.

Apesar disto, os operários continuaram trabalhando como se a decisão judicial não existisse, inclusive com proteção da polícia, cuja função, segundo um oficial superior, era impedir a entrada de pessoas estranhas no imóvel, devido ao perigo de desabamento iminente.

Os soldados estavam de capacetes e viseiras para se protegerem da poeira, igual aos operários que estavam trabalhando lá, isto sem falar na acusação do próprio Juiz, de que os operários teriam sido contratados pela Superintendência da Polícia Federal, cujo crime de desobediência à Justiça, ele iria denunciar. O respeito a uma ordem judicial é pedra angular do Estado de Direito, em qualquer regime político que se pretenda legal, ele manifesta, na verdade, o princípio segundo o qual, os cidadãos de um país, abdicam do uso da própria força e do próprio arbítrio, em favor da ordem comum que os representa.

Por isso, certa ou errada, agradável ou não, a decisão de um Juiz tem que ser acatada, a não ser que outra decisão, procedimental proferida, venha a revogá-la. Sem este princípio, o Direito se torna presa fácil das injunções provadas, do arbítrio político e da violência dos poderosos.

Temos assistido ultimamente a uma curiosa encenação da legalidade do império das leis, em que o Governo de um lado, aparece como o guardião cioso do direito requerendo de modo inflexível, a punição de líderes operários, por incitamento à greve declarada ilegal, de Deputados, por declarações consideradas injuriosas ou então, atentatórias à Segurança Nacional.

De outro porém, uma dúvida assiste quando se vê o mesmo Governo contornar normas, como no caso da Companhia Vale do Rio Doce evitar processos politicamente indesejáveis, como no dos possíveis beneficiados pela maxi desvalorização do dólar. Esta ambigüidade revela pelo menos, como são incertas as orientações do regime, no que diz respeito ao restabelecimento pleno do Estado de Direito entre nós, e a eliminação do arbítrio na condução da coisa pública. Diante disso, a indignação do Juiz que se locomoveu pessoalmente para fazer cumprir armado a ordem da Justiça, não pode de modo algum ser minimizada. Não importa no caso, se o uso de uma arma como foi noticiado era correto ou não, o importante, é que o desrespeito à decisão, tinha a complacência do Executivo.

○ Sr. Gabriel Manoel — Permite-me um aparte?

O SR. RENATO BERNARDI — Já darei.

Principal interessado na demolição. O espanto das autoridades federais, que rapidamente acionaram o Tribunal Federal de Recursos, o qual à noite, cassou a liminar do Juiz e o proibiu de proferir qualquer ato na ação popular em curso, mos-

tra pelo menos, que não se contava com a efetividade da decisão judicial anterior. Afinal, num País em que os conflitos jurídicos, nos quais o Poder Público é parte, são resolvidos em seu favor, na certeza de que esta simples circunstância sempre lhe dará alguma cor de legalidade, ninguém iria supor que mera sentença judicial fosse prevalecer contra o desígnio expresso do Poder.

Em suma, o incidente é lamentável sob vários ângulos, mais lamentável porém, não é o incidente em si, mas a indiferença às leis e o desacato ao Judiciário que já se tornam habituais.

Tem o aparte Vossa Excelência.

**O Sr. Gabriel Manoel** — Deputado, é um fato lamentável mesmo, como dois ângulos como se fora uma pedra angular, ao vermos um juiz decretar uma sentença e não ser obedecida, ao ver um juiz também ao arremão da Lei e de arma em punho, tentar fazer prevalecer as suas ordens.

Então, veja Vossa Excelência, a quanto nós andamos. É um fato inédito desde a história da civilização que nós temos conhecimento, nunca soubemos que um juiz, precisar ir de arma em punho para fazer prevalecer as suas ordens. Então, caiu por terra toda sua insenção Deputado, a insenção daquele Juiz, respeitabilíssimo que de uma sentença talvez sábia, mas caiu por terra, quando ele mesmo quis ser dono do arbítrio e, quando ele no seu despotismo quis fazer prevalecer a sua vontade, indo de arma em punho ameaçando simples operários que estavam lá apenas cumprindo a sua obrigação, operários que estavam ganhando o pão de cada dia, serem ameaçados por um juiz de direito de arma em punho, para fazê-lo calar, para fazê-los silenciar e para fazê-los talvez perder o seu emprego.

E, é por isso que eu digo a Vossa Excelência é fato lamentável mas, é uma faca de dois gumes, porque um juiz, um árbitro nunca pode de arma em punho ferir qualquer cidadão. A sua voz há de ser respeitada como também ele há de respeitar o direito daqueles humildes homens, que estavam lá demolindo o prédio, apenas, a mando de outros, apenas para cumprir uma obrigação, apenas para ganhar o pão de cada dia.

E, é por isso, que me parablenzo com Vossa Excelência. Mas queria também, que Vossa Excelência fizesse uma leve censura a esse juiz que não soube respeitar a sua posição, a posição de um homem togado que nós todos devemos respeitar, porque não se viu na história, universal talvez, que um juiz de arma em punho, fosse fazer prevalecer a sua sentença.

Muito obrigado.

**O SR. RENATO BERNARDI** — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e devo dizer que seguramente, esse juiz conhecendo a arbitrariedade de quem não estava acatando a decisão da justiça, sabendo de casos de tortura daquelas pessoas que lá estavam, talvez tenha ido armado para se defender contra a arbitrariedade da Polícia Federal. Tem o aparte o Deputado Tolentino.

**O Sr. Fidelcino Tolentino** — Deputado Renato Bernardi, falar da UNE, é falar da história libertária do brasileiro, falar da UNE é falar do petróleo brasileiro, da energia que hoje tão carente é no Brasil e eu pessoalmente não acredito que não tenha petróleo no Brasil e que foi levantada esta bandeira pelos estudantes na gloriosa UNE. Da UNE que a Revolução não teve coragem de extinguir. Eles invadiram; eles violentaram a história do Brasil. Estão violentando todos os dias. Estão destruindo inclusive as famílias com este abatimento da postura moral do chefe de família, através dos problemas de natureza econômica, social, política. Isto é a destruição da nacionalidade. O historiador, o antropólogo, no curso dos anos, dos tempos, haverá de condenar cada um desses que está com o estilete na mão, marcando a posição como aquele jurista do terceiro Reich, que foram submetidos a um processo de degradação cuja inteligência foi trasladada a serviço do Terceiro Reich. E é preciso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que se tenha coragem de dizer as coisas. De dizer, inclusive que o Poder Judiciário nada

fez a não ser na pessoa dignificante do Juiz prolator da sentença liminar do pedido, do recurso impetrado. E é verdade que a sociedade brasileira está desprotegida.

E é verdade que a sociedade brasileira está desprotegida. A Polícia é uma corporação; as organizações de Segurança são Corporações para resguardar a sociedade do arbítrio. E elas estão sendo usadas para usar o arbítrio contra a sociedade. Isto é que não se pode ter no Brasil e em nenhum País civilizado. Recurso que a história relata os Celtas, antigos habitantes do Norte da França que depois foram disimados e saltaram o mar e foram para a Saxônia. E lá tiveram um conflito, por causa da desorganização. É uma Civilização que se extinguiu. Mas muita coisa deixou, das quais, o ímpeto belicoso. E que talvez de lá tenha se transportado para o Brasil. Muitos dos componentes, talvez alguns ancestrais tivesse deixado que o sangue transportasse aos nossos dias, este ímpeto de criar guerra onde não há necessidade de guerra. A guerra psicológica. A agressão à história, à civilização de tantas origens que o Brasil tem. E o difícil, Deputado é o homem hoje conviver com este tipo de comportamento autoritário que tem no Brasil. A exemplo do dismantelo do prédio da UNE, que representa até a arquitetura do Rio de Janeiro, dessa cidade que encarna a visão do mundo, sobre o Brasil. Essa entidade, Deputado, representaria, para quantos inclusive que estão mandando neste regime autoritário, representaria o princípio de liberdade, o princípio de Democracia, o princípio de Direito e o equilíbrio da própria justiça. Porque lá pela UNE, grandes juristas e mestres do direito, passaram pela direção daquela Casa. Quem sabe até os Anais da História estão sendo destruídos aos poucos, para que as gerações futuras não possam ter acesso ao julgamento.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque)** — Vossa Excelência tem um minuto para concluir.

**O SR. RENATO BERNARDI** — Obrigado, Sr. Presidente, considerarei então 30 segundos para o Deputado Fiori Luiz e 30 segundos para o Deputado Darcy Deitos.

**O Sr. Fiori Luiz** — Vossa Excelência permite um aparte? — **(Assentimento)**. Obrigado, Deputado Renato Bernardi.

O ABC prende líderes sindicais, espanca trabalhadores e prende trabalhadores. Comícios do MDB terminam na base de bombas de gás e cachorros, cães amestrados. Deputados são ameaçados e enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Estudantes espancados e presos no Rio de Janeiro; na sede da UNE. Que abertura é essa, Sr. Deputado? Só se for a abertura do cano do fuzil. O regime está parecendo uma jaca madura: é sentar e esperar o tombo. E eu completo este breve aparte com palavras de Paulo Duarte: "Nossos governantes são rinocerontes. Não rinoceronte no sentido zoológico, mas no sentido epidêmico, de casca dura, não entra nada."

**O Sr. Darcy Deitos** — Ilustre Líder Renato Bernardi, os fatos narrados por Vossa Excelência desta tribuna, na tarde de hoje, demonstram que vivemos num País sem leis, porque as leis, hoje existentes, que na sua grande maioria foram produzidas no ventre do regime arbitrário, leis que somente são aplicadas para os adversários do sistema implantado em 1964. O que Vossa Excelência hoje narra, demonstra um mar de lama que nos encontramos dentro desta quadra nacional.

**O SR. RENATO BERNARDI** — Sr. Presidente, eu encerro dizendo que o sangue dos estudantes derramados em 43, quando conduziram o Brasil a favor da democracia, contra o regime totalitário; o sangue derramado pelos estudantes em 68, defronte ao calabouço; o sangue derramado ontem, de estudantes, misturado ao sangue de parlamentares, representantes do povo, não foi derramado em vão.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque)** — Consulto a Liderança do PTB se deseja usar do seu horário reservado. — **(Ausente)**.

Consulto a Liderança do PP se deseja fazer uso do seu horário reservado. — (Falará o Sr. Dácio Leonel).

Com a palavra o Sr. Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente e Srs. Deputados, o assunto que me traz a esta tribuna, é um assunto que a esta altura, e talvez mais no amanhã, possa, inclusive, se tornar um assunto nacional, possa, inclusive, ganhar manchete no Brasil inteiro.

Eu me refiro ao problema que já se chama por aí, a história dos 15 anos, a volta dos 15 anos.

No dia 02 de janeiro de 1979, foi sancionada pelo Governador do Estado do Paraná, a Lei 7074, que dispõe sobre a organização da Procuradoria Geral do Estado.

No dia 28 de maio do corrente ano, o Sr. Governador Ney Braga sancionou a Lei 7317, lei essa que teve por objetivo, alterar dispositivos da lei 7074, quer dizer, veio para cá, foi julgada e definida por esta Casa com um objetivo: de trazer alterações à lei que trata, que dispõe a respeito da organização da Procuradoria Geral do Estado.

Tanto é que dos artigos, o 25 teve apenas retirado o prazo mínimo de inscrição. Era exatamente o artigo que tratava da inscrição dos bacharéis, onde dizia que: "Para inscrição de concurso, deverão os interessados comprovar, desde logo, as seguintes condições". E o inciso II: "Ser bacharel em Direito, estar inscrito na OAB do Brasil, pelo prazo mínimo de dois anos". A alteração foi apenas para que se cortasse o prazo mínimo de dois anos.

Houve, também, alteração nos artigos 29 e 32, que tratam da Organização da lista para efeitos de promoção por merecimento e por antiguidade.

E houve, ainda, com referência ao artigo 35, uma alteração também. É o artigo que trata do preenchimento de cargo de Procurador e de Advogado na carreira de Procurador do Estado.

Mas, o que aconteceu, Srs. Deputados, é que quando esta matéria era examinada por esta Casa, tivemos a apresentação de uma emenda de Plenário, uma emenda que, talvez hoje, se possa dizer tardiamente o problema é levantado, talvez devêssemos sê-lo na ocasião.

Mas, assim que tenhamos as acusações, daremos as respostas, se caso for, o que estabelece o nosso Regimento Interno, no seu artigo 140, § 5.º: (LE):

"Art. 140 — As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 5.º — Não será admissível emenda substitutiva ou aditiva que não tenha relação direta e imediata com a matéria da proposição principal."

E diz ainda, no § 1.º: "as Emendas que criarem ou aumentarem despesas, serão submetidas à Comissão de Finanças e as que reduzirem a Receita Pública, na Comissão de Orçamento".

E esta Casa aprovou o Projeto que se transformou na Lei 7317, com a seguinte emenda — uma emenda que, efetivamente, os Srs. Parlamentares acompanhando o andamento nas comissões, sabendo que o projeto havia sido devidamente estudado na C.C.J., que vinha com pareceres, e talvez nessas atribuições normais, porque seria também, no caso o Presidente, ele que teria condições de receber ou não, desde que sentisse que a emenda aditiva estava fora do campo do projeto, foi recebida, e esta Casa aprovou o seguinte Artigo que entrou na Lei dos Procuradores. Aprovou e o Governo sancionou.

Li, num artizozinho — um destaque num jornal, de que já está havendo correrias nos corredores do Palácio Iguaçu. Mas, o que diz o artigo? Apenas o seguinte:

"Em favor dos atuais ocupantes dos cargos de que tratam os § 3.º, 4.º e 5.º, do Artigo 41, da Constituição Estadual, será computado, por ocasião das respectivas aposentadorias e para todos os efeitos legais, inclusive, para os fins previstos no Artigo 70, inciso II, da mesma Constituição, o tempo de exercício pro-

fissional, até o limite previsto no Artigo 11, da Lei 7297, de 08 de janeiro de 80, comprovável, mediante certidão do respectivo órgão de classe. Ou seja — vou agora traduzir o artigo — seria mais ou menos o seguinte: "Em favor dos atuais ocupantes dos cargos de Conselheiros, do Tribunal de Contas, de Auditor, Procurador, será computado, por ocasião das respectivas aposentadorias e para todos os efeitos legais, inclusive para fins previstos no Artigo 70 e inciso II, da mesma Constituição, o tempo de exercício profissional, até o limite do Artigo 11, da Lei 7297. Ou seja, exatamente, pretende-se estender aos integrantes do Tribunal de Contas do Estado, vantagens atribuídas aos membros da Magistratura, que é o que trata o Artigo 11, da referida Lei, que nada mais é do que a Organização das Divisões Judiciárias do Estado do Paraná.

Isto significa dizer que qualquer Senhor Deputado, com 20 anos de mandato, poderá ser nomeado pelo Sr. Governador do Estado, fica lá quinze minutos, para assinar o ponto, e requer aposentadoria, porque ele conta mais 15 como advogado, engenheiro...

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Realmente, nobre Deputado, quero confessar que não cheguei a ter conhecimento dessa emenda. O projeto, em si trazia — e foi um dos assuntos que abordamos, inclusive, em segunda discussão — a questão da classificação para efeito de compor a lista de promoções.

É um assunto com o qual nos preocupamos.

Agora, quanto ao problema do Tribunal de Contas, esta Casa apreciou, ou está apreciando; razões de saúde me impediram de acompanhar "pari passo" esse projeto. Projeto, se não me engano, de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, que disciplina o exercício mínimo de cinco anos, no Tribunal de Contas. O que não impede, evidentemente, o raciocínio levantado por Vossa Excelência.

Inclusive, "O Estado de São Paulo", num artigo de editorial levantou a questão, eu inclusive, acamado, pude perceber que realmente, dava a entender o que no passado se chamava de "Panamá" da aposentadoria. E realmente, repercute mal para o nosso Estado, para o Legislativo sobretudo, é um estigma ainda maior para o Poder Legislativo. E é uma carga de peso moral contra a administração pública geral, seja de qualquer Poder, e se passou este Projeto de Lei, é preciso que esta Casa, corrija as anomalias, os efeitos que ele possa trazer para o erário, e isso é uma questão de ordem pública, Deputado. E por isso, eu quero me congratular com o pronunciamento e a preocupação de Vossa Excelência.

Muito obrigado.

O SR. DÁCIO LEONEL — Agradeço a Vossa Excelência e gostaria também de dar a minha posição, das razões que me trazem à tribuna. Porque efetivamente, eu entendo, e não estou de forma alguma, distribuindo, rateando ou dividindo a culpa a quem quer que seja, apenas entendo, que como já houve um clamor, que como nós, na condição de representantes do povo, é preciso que tomemos realmente, as posições em favor do povo. Ainda que tenhamos admitido a passagem deste Projeto, porque alguém quando eu conversei me disse: "Bem, mas, como é que vamos fazer agora, já aprovamos".

Não tem problema, eu acho que ainda que aprovemos na verdade, na interpretação do artigo, quando li inicialmente, não senti ao ponto que atingiria. Porque fala em favor dos atuais ocupantes, "será computado por ocasião da respectiva aposentadoria", eu cheguei a entender que era algum benefício que seria dado por ocasião da aposentadoria, quando completasse o prazo para aposentadoria, mas a verdade é uma só. Só há um caminho para esta Casa. Pretendo apresentar amanhã, já tenho inclusive esboçado e darei entrada amanhã, um projeto de Lei, cuja súmula é bem simples: revoga o artigo 3.º da Lei 7317, de 28/05/80.

E depois, seguindo a justificativa. Evidentemente, não im-

porta qual o caminho, a interpretação, a forma que chegue, mas me parece que é uma forma de sanear.

Parece-me que é o objetivo que vamos atingir. Mas ao lado disso, e como hoje se faz esse movimento, e como hoje o Brasil já começa a falar no assunto, e como hoje, passamos a ganhar grande responsabilidade nessa matéria, pelo menos na defesa deste Poder, vamos daqui fazer um apelo público, veemente, ao Excelentíssimo Senhor Governador Ney Braga, para que, pelo amor de Deus, não use esta Lei neste dispositivo, pelo menos enquanto esta Casa, não puder refletir e dar de novo a sua decisão e entender a respeito do problema.

É um apelo que fica ao Sr. Governador desta tribuna, que quero fazê-lo, antes que meu tempo se esgote, para que, se está havendo movimentação nos corredores, que pelo menos se aguarde, para ver se esta Casa ratifica ou não. E tenho convicção de que não haverá ratificação, não vão dizer o que me parece este papel? O que me parece os benefícios? Mas certamente, será matéria a ser desenvolvida quando esta Casa vier a tratar diretamente a respeito do assunto.

Tem o aparte o Deputado, eminente Líder do PDS, Erondy Silvério.

**O Sr. Erondy Silvério** — Agradeço a gentileza de Vossa Excelência em me conceder o aparte, embora tivesse passado a oportunidade.

Solicitei o aparte a Vossa Excelência, quando Vossa Excelência confessa à Casa, que leu, releu a emenda e não entendeu. E depois que a emenda foi aprovada em dois turnos nesta Casa, publicada, vem Vossa Excelência fazer um apelo em tom patético ao Governador do Estado, para não colocar em execução uma lei aprovada pelo Poder Legislativo. Eu apenas queria dizer a Vossa Excelência que a emenda é de minha autoria e por ela assumo total responsabilidade, porque o que eu fiz foi apenas estabelecer o que já dispõe a Lei 395 com relação ao Tribunal de Justiça e a Lei 7236 se não me falha a memória, de 1967, que estendeu a membros do Tribunal de Contas, iguais vantagens preconizadas na Lei 395, de 1949.

Não vejo nada de imoral, porque esta Casa já votou muitas e muitas concessões a funcionários públicos sem que o mundo viesse abaixo, como Vossa Excelência está querendo fazer supor, que o Brasil inteiro acorde, que o Brasil inteiro está abismado com o que aconteceu na Assembléia.

Eu apenas lamento que naquela oportunidade Vossa Excelência não tenha usado a tribuna, como o faz tão bem, com o brilhantismo, com a cultura que Vossa Excelência tem, para dizer as mesmas palavras que está dizendo hoje, quando Inês já é morta.

Eu agradeço todavia, a atenção de Vossa Excelência pelo aparte.

**O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque)** — Vossa Excelência tem um minuto para concluir.

**O SR. DÁCIO LEONEL** — Meu ilustre Líder, efetivamente não pretendo polemizar com Vossa Excelência, no que diz respeito às opiniões que eventualmente possa fazer deste Deputado. Não pretendo, não quero caminhar para essa polêmica, não vou dizer se li mal, se devia ter lido bem, se interpretei mal ou se interpreto bem. O que eu quero dizer para Vossa Excelência, é que a partir do momento em que qualquer clamor fez com que meus olhos se abrissem, eu não poderia mais ser cego e vi, no momento do clamor, que alguma coisa imoral estava sendo praticada.

Voltarei ao assunto.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

**O Sr. Erondy Silvério** — Eu apenas lamento que Vossa Excelência tache de imoral uma iniciativa de um colega seu, também darei a resposta oportunamente.

**O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque)** — A Mesa registra com satisfação, a presença em nosso Plenário dos Senhores Moacyr Piovesan e João Camargo, Prefeitos Municipais de São

José dos Pinhais e Tijucas do Sul.

Consulto a Liderança do PDS sobre se deseja fazer uso do seu horário.

Com a palavra o Senhor Airton Cordeiro.

**O SR. AIRTON CORDEIRO** — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ontem, no Rio de Janeiro, o Brasil inteiro, através dos meios de comunicação, pode constatar um dos episódios, sem dúvida, mais chocantes, mais massacrantes e mais tristes dos últimos anos.

O que ocorreu na ex-capital da República, cidade considerada como o berço da civilização e da cultura deste País, sem dúvida, mexe com todos os que tem um mínimo de sentimento, um mínimo de amor às coisas pátrias. A agressão selvagem de polícia militar do Governador Chagas Freitas a estudantes e a parlamentares. Estudantes que estavam diante da sede do prédio da União Nacional dos Estudantes, estudantes que estavam ali para fazer constar a sua contrariedade pela demolição de um edifício histórico e estudantes que estavam ali respaldados por uma decisão judicial, do Juiz Aarão Reis da Justiça Federal do Rio de Janeiro, e o que nós vimos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, foi a polícia militar do Governador Chagas Freitas, da Oposição brasileira, massacrar aqueles jovens e investir contra parlamentares. E, foi na verdade, de sentir náuseas, acompanhar, ver, sentir mesmo que à distância, a brutalidade de um policial armado com um cacetete de quase um metro, fazendo às vezes de um espadachim sem espada, e investir contra um estudante indefeso, um jovem que estava ali vivendo um momento de abertura democrática deste País.

E, me permito recordar neste momento, o comportamento da Polícia Militar do Estado do Paraná, nas recentes greves aqui deflagradas em Curitiba, de metalúrgicos, de operários da construção civil quando tudo transcorreu com exemplar normalidade, colocando-se em primeiro lugar, o respeito à dignidade humana. Como triste foi também, Sr. Presidente e Srs. Deputados, acompanhar 24 horas antes o Juiz da Justiça Federal no local da demolição daquele prédio, sacar de sua arma para fazer valer a autoridade judicial o que no estado de direito não se concebe, porque o Poder Judiciário existe para ser acatado e para ser respeitado.

**O Sr. Lineu Turra** — Vossa Excelência permite um aparte.

**O SR. AIRTON CORDEIRO** — No entanto, entre a ordem judicial e o momento vivido naquele instante, interferia um simples agente policial, que se colocava num pedestal e que buscava ser superior à ordem jurídica, o que é absolutamente inadmissível.

E, desse episódio, nós tiramos algumas lições que merecem ser registradas, uma delas importante, sagrada, para qualquer democracia, a liberdade de imprensa. Porque se a televisão nos deu a desventura de ver aquele massacre, ela por outro lado contribuiu para que toda a Nação despertasse para essa realidade que nos causa repugnância. E, ao mesmo tempo, a lição de que é necessário hoje, que todos nós unamos para que o Poder Judiciário volte a ser integralmente respeitado, para que regule todas as relações entre os cidadãos da Nação brasileira.

Concedo o aparte ao Sr. Deputado Lineu Turra.

**O Sr. Lineu Turra** — Muito obrigado. Eu estou realmente sensibilizado com o pronunciamento de Vossa Excelência e não esperava também de Vossa Excelência outro comportamento pela formação que Vossa Excelência tem de cidadão principalmente, de formação cristã.

Mas, Deputado Airton Cordeiro, a violência policial neste País é uma característica e ela está contaminada pelo regime que nós estamos vivendo. Vossa Excelência não pode excluir a polícia também do Paraná.

Nós tivemos oportunidade de assistir ainda há pouco, quando enfermeiros desta Capital se colocaram em greve na reivindicação de seus direitos, uma greve pacífica, ordeira, o aparte

to policial e até provocativo que se fez. Nós assistimos, nós testemunhamos o fato e, só não houve maiores consequências de agressão policial fortemente armada, porque os enfermeiros que estavam no local para fazer a sua manifestação pública, afastaram-se imediatamente até um oficial da polícia militar de uma forma assim brutal, chegou empurrando os enfermeiros que estavam ali apenas com faixas, desarmados, e já outros policiais, vinham empunhando armas e cacetetes para aqueles enfermeiros.

Quer dizer, é uma característica. Não é só lá. Houve em São Paulo, esta violência brutal; aqui em Curitiba, quando a greve dos pedreiros também grevistas homens trabalhadores que ali estavam, foram espancados.

De forma que eu queria apenas dizer a Vossa Excelência o seguinte: que a violência policial está em toda parte. Ainda ontem, hoje assistindo o horário policial, vimos aí uma violência policial, praticada contra a casa de um cidadão que invadiu a uma hora da madrugada por vinte policiais, fortemente armados, sem nenhuma razão de ser. Invadiram a casa de um cidadão, violaram o seu domicílio, algemaram o cidadão e seus filhos e levaram presos, ainda para a Delegacia de Furtos quando não houve motivo justificável para essa agressão, essa atitude, essa violência. É uma característica da polícia. Não só do Rio de Janeiro, por ser o Sr. Chagas Freitas que é do PP, não temos porque defendê-lo. Mas também em São Paulo, o mesmo comportamento. No Paraná, a violência policial tem sido constantemente denunciada nesta Casa, na Imprensa, de forma que eu queria dizer, que estou satisfeito com a posição de Vossa Excelência, mas faço este reparo quanto à Polícia do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência e me permito fazer uma ressalva, Deputado Lineu Turra. Vossa Excelência mencionou especificamente o episódio da greve dos pedreiros, daqui de Curitiba. E eu devo manifestar aqui até...

O Sr. Lineu Turra — Dos enfermeiros também.

O SR. AIRTON CORDEIRO — ... dos enfermeiros também. E eu devo manifestar aqui até o meu desagrado com o que pude constatar naquela ocasião. Porque os pedreiros estavam sendo comandados por um Vereador de Curitiba, que pertenceu ou pertence ao Partido de Vossa Excelência...

O Sr. Lineu Turra — Mas isso não é motivo para agressão policial?

O SR. AIRTON CORDEIRO — Foi exatamente este Vereador, Deputado Lineu Turra, que induziu os pedreiros para que eles adotassem uma posição mais física do que teórica. No que tocasse logicamente ao seu movimento. Mas isto absolutamente não exclui qualquer condenação que se deva fazer ao excesso da polícia. E o excesso da Polícia deve ser condenado em qualquer lugar do mundo. Agora, mantenho a minha opinião de que realmente, nas greves aqui de Curitiba, nós tivemos a conduta da Polícia, pautada dentro de princípios cristãos, realmente.

Recordo-me que os policiais estavam extenuados, estavam nas ruas às vezes, cansados, entregues mas jamais tentaram impedir a greve pela via da violência. Era o reparo que eu gostaria de fazer.

O Sr. Darcy Deitos — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Inicialmente quero cumprimentar a Vossa Excelência pelo pronunciamento que faz. Solicitei este aparte tão somente para fazer um reparo. Quando Vossa Excelência disse que foi a polícia do Sr. Chagas Freitas. Queria dizer a Vossa Excelência que o Sr. Chagas Freitas não faz parte do nosso partido. Agora Vossa Excelência.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Já pertenceu ao partido de Vossa Excelência.

O Sr. Darcy Deitos — Agora Vossa Excelência sabe que a estrutura

das Polícias Militares Brasileiras hoje, elas estão subordinadas ao Poder Central. O poder instalado no País é que comanda as Polícias Militares hoje.

O SR. AIRTON CORDEIRO — A Polícia Militar é corporação estadual.

O Sr. Darcy Deitos — Não é a Polícia Militar do Poder Estadual. É a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Como é a Polícia do Paraná. Não é a Polícia do Sr. Ney Braga, é a Polícia Militar do Estado do Paraná, subordinada ao Poder Central, com a estrutura governamental central.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Vossa Excelência está equivocado. A Polícia do Estado cujo Comandante é um Oficial do Exército. A Polícia Militar é organismo do Estado. O Comandante é um Oficial do Exército.

O Sr. Darcy Deitos — Era só esse o reparo que eu queria fazer a Vossa Excelência, porque não foi o Sr. Chagas Freitas que comandou e sim o Poder Central.

O SR. AIRTON CORDEIRO — E eu não vou deixar passar em branco, meu caro Deputado Darcy Deitos, porque sem dúvida alguma a Polícia Militar de cada Estado, é do Governo do Estado.

O Sr. Darcy Deitos — Absolutamente! Dentro da estrutura que vivemos hoje, de maneira nenhuma! Elas estão descaracterizadas do Poder governamental dos Estados.

O SR. AIRTON CORDEIRO — A meu ver é um equívoco de Vossa Excelência.

O Sr. Darcy Deitos — É ponto de vista.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Eu respeito. Mas eu gostaria, antes de conceder o aparte ao Deputado Kirinus, de dizer, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que hoje, mais do que nunca, estamos vivendo uma hora em que o estudante brasileiro precisa participar da política, e este estudante precisa ser acolhido no meio da classe política com o respeito do qual ele é merecedor. Precisa ser respeitado também por aqueles que em alguns momentos como o de ontem, possam se confrontar com o estudante deste País. Por esta razão é que nós estamos aqui da Tribuna, neste horário do PDS, sua Liderança, repudiando o massacre de ontem no Rio de Janeiro. E fazendo uma verdadeira profissão de fé, no sentido de que, futuramente, não tenhamos a repetição da agressão selvagem que nós verificamos ontem, porque constatar o que nós constatamos é muito triste, é doloroso, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Concedo um aparte ao Deputado Kirinus.

O Sr. Gernote Kirinus — Muito obrigado. Gostaria de parabenizá-lo também pelo pronunciamento que faz. No entanto, fazendo os mesmos reparos que já fez o Deputado Lineu Turra porque participei também, e talvez a nossa presença tenha evitado violências maiores na greve dos enfermeiros em frente ao Hospital Evangélico.

Além disso, gostaria de dizer que o mesmo que Vossa Excelência diz a respeito do comportamento da Polícia do Rio de Janeiro, também deve ser dito a respeito da Polícia de São Paulo, que recentemente cometeu agravos talvez piores, contra os metalúrgicos, e contra, inclusive, um Senador, e dizer o que vem ocorrendo neste País, em quase todos os Estados, durante estes dezesseis anos de ditadura.

Não é agora a Oposição ou um dos membros do Partido — PP da Oposição que pode ser responsabilizado por toda a violência que já ocorreu neste País, neste regime de exceção.

Gostaria de ouvir também e somar este repúdio a todos estes quatorze anos de violência policial.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Gostaria de conceder aparte, por trinta segundos, ao Deputado Tolentino.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Muito obrigado. Apenas Deputado, quero dizer o seguinte: a polícia é o reflexo do regime. A polícia é uma instituição para manter a ordem jurídica, defender a Constituição e todos os aspectos da legalidade.



O Governo, depois da decisão do TRT, no caso do ABC não permitiu que a greve continuasse, e falava sempre na legalidade, na determinação da sentença judicial, e é o primeiro a usar os seus quadros de segurança para impedir que uma sentença judicial seja mantida, seja respeitada.

Governo que não respeita as suas próprias leis, não tem respeitabilidade adequada para impor estes traumatismos na sociedade. E é esta a razão Deputado, não vejo porque apenas condenar a atitude da polícia. A polícia está sendo mandada, Deputado, e o que nós devemos condenar é o regime, o regime encarnou na polícia a força que ele detém no País, agredindo a história, a população, a nacionalidade, o espírito patriótico, os estudantes, e as nossas tradições.

É isso que está acontecendo no País, e agradeço o aparte.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Concluo, Sr. Presidente, Srs.

Deputados, dizendo que, na verdade, a abertura política, a atmosfera de liberdade que se pretende para este País, o restabelecimento do Estado de Direito, não comportam atitudes como a de ontem, e creio mesmo que, para que combatamos esses atos de violência, é necessário, mais do que nunca, que a classe política, sobretudo nos Parlamentos, mantenha-se atenta e, ao mesmo tempo, ativa, para que denuncie à Nação esse tipo de comportamento.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 36/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 25/80), que aprova os termos de renovação dos convênios celebrados pelo Estado do Paraná, com os municípios que especifica, através da Secretaria de Estado do Planejamento, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional Restituível do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 37/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 36/80), que aprova o termo de renovação do Convênio n.º 53/79, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o Município de Curitiba, objetivando a execução de obras necessárias ao desenvolvimento da infra-estrutura urbana da Capital do Estado, constantes do "Programa Especial de Investimentos Urbanos na Região Metropolitana de Curitiba". Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 67/79, de autoria do Deputado JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI, que declara de utilidade pública a "Associação de Recuperação de Alcoólatras de Apucarana", com sede e foro na Cidade de Apucarana. — Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 115/79, de autoria do Deputado GABRIEL MANOEL, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de CONGONHINHAS, o Rolo Compressor que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Em discussão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Para discutir) — Sr.

Presidente, Srs. Deputados.

Tenho declarado, reiteradas vezes, que não vivemos num regime constitucionalista.

A nossa Constituição é um arremedo de organização e Carta Magna, no País.

O Governo desrespeita, a toda hora, as leis que ele mesmo estabelece para se manter no poder. E este projeto, conquanto seja dos mais justos, com o qual votarei, é flagrantemente inconstitucional, do ponto de vista legalista, do ponto de vista da lei fria que, para mim embora lei, não é legítima, porque lhe falta a dose adequada que os regimes democráticos exigem, para constituir legitimidade às leis.

A Constituição brasileira é iníqua, e por essa razão, assim o sendo, o projeto o é, do ponto de vista legalista inconstitucional.

Entretanto, do ponto de vista jurídico e doutrinário, para mim, esse projeto é viável, dentro das atribuições do Poder Legislativo.

Agora, Sr. Presidente, autoriza o Executivo a doar ao Município de Congonhinas o rolo compressor que especifica.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, já temos falado do problema tributário nacional, da organização das rendas auferidas pelo Poder Público, e sabemos que sessenta e três por cento das receitas auferidas nos municípios, vão para os cofres federais; apenas três por cento ficam no município; trinta e quatro por cento vão para os cofres estaduais, de forma direta e indireta. De tal sorte que é necessário e urgente, atender o apelo de todos os municípios do Brasil, de todos os representantes públicos do Brasil e de todos os mandatários populares do Brasil, que estão a reclamar uma reforma. Em todos os momentos se me afigura a oportunidade de reclamar, de bradar, de exigir até uma alteração no sistema brasileiro e esse desequilíbrio, cria o traumatismo sócio-econômico de todas as regiões. Isto é que cria também a impossibilidade dos municípios manipularem com os recursos que lhes seriam legítimos.

Por essa razão é de se lamentar que um Deputado tenha que fazer um projeto de lei. Talvez seja até uma patola velha, quem sabe seja até uma sucata que o DER deixou encostado em algum canto do Estado do Paraná para ser entregue a este pobre município, a este pequeno município, a este claudicante município e a minha posição na discussão dessa matéria não é tanto quanto ao problema da legitimidade ou da legalidade. O problema maior é me penitenciar com este regime que cria essas dificuldades profundas, essas fissuras profundas nas administrações municipais. Aliás, no meu modo de entender, os municípios é que deveriam manipular com a maior parte das verbas, porque é lá que vive o cidadão, é ali que se geram as riquezas, é dali que se carreiam para os Estados e para a Nação todos os recursos públicos para serem redistribuídos na busca do bem comum. Por esta razão, este desalento cria este desabafo até, Sr. Presidente, e eu votarei favoravelmente embora este tipo de projeto, este tipo de moção pudesse ser feita dentro do regime constitucionalista de ser permitido não só a patola, mas tantos outros objetos ou bens, porque aqui é que se encontra a expressão da vocação, da aspiração de todo o povo que todos nós representamos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. GABRIEL MANOEL — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sr. Presidente, talvez num aspecto, o Deputado Tolentino tenha razão, mas nós ao destrincharmos a questão, ao analisarmos friamente dentro dos parâmetros necessários de que cada roca com seu fuso e cada terra com seu uso, primeiro, não é



patrola. É rolo compressor que há de servir ao município, não de Congonhas, Congonhinhas. Segundo, sabemos perfeitamente que talvez seja uma sucata, mas lutamos dentro de um complexo, dentro de um sistema onde talvez os municípios estejam a claudicar e cada um luta com a arma que tem.

Nós lutamos ao lado do povo, lutamos ao lado do nosso município.

Talvez a nossa proposição, o nosso requerimento seja esdrúxulo, mas é uma maneira de atendermos ao nosso povo com o rolo compressor que há de fazer a compactação das ruas, das vias, do sistema viário de um município pequeno, num município, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em um município, imprensa do Paraná, pequenino, que talvez o Deputado Fidelcino Tolentino não tenha aquela noção que precisa ter, para descer num município grande como Cascavel, ao Município de Congonhinhas, onde nós estamos acostumados a fazer política para que uma sucata mesmo, serve para o município.

Uma sucata recuperável serve para o nosso município.

Peço vênia ao Deputado Fidelcino, para que veja que não é patrola, é um rolo compressor, recuperado pelo município que há de servir àquela terra e àquela gente, àqueles homens que estão conscientes, não como nós Deputados que muitas vezes atiramos pedra ao esmo sem sabermos se é patrola ou caminhão ou se é rolo compressor.

Devemos distinguir como dizia um provérbio "alhos e bugalhos".

O alho é o seguinte: é rolo compressor Deputado Fidelcino e os bugalhos é patrola, tudo é sucata.

Neste mundo em que nós hoje claudicamos, tanto o Poder Executivo como o Legislativo, estamos com um só pensamento, é o bem estar de nossa terra e de nossa gente.

Sabemos que este requerimento, de nossa autoria, dentro da modéstia peculiar dos homens do interior não quero outra coisa a não ser beneficiar aqueles municípios pequeninos que também fazem parte do concerto paranaense, que não tiveram a felicidade de ser um município de posição de Cascavel, posição de Ponta Grossa e outros, que precisam da proteção embora apagada, mas a proteção de nossa terra e de nossa gente.

E, é por isso, que nós entramos, Deputado Fidelcino, para ajudarmos o nosso pessoal não com patrola e se tiver alguma patrola Vossa Excelência me avise que irei pedir para meu município a patrola, mesmo que seja sucata.

Porque o nosso município precisa, a nossa gente clama por trabalho. Nós clamamos por justiça e se o nosso pedido, dentro dos parâmetros desta Assembléia Legislativa é esdrúxulo, nós continuaremos dentro desta obscuridade a pleitear por aquela gente guerrida de Congonhinhas, que está vendo a sua cidade, Deputado Tolentino asfaltada com esse rolo compressor que era sucata mas hoje recuperado, com a ajuda do grande Governador Ney Braga, está fazendo as estradas, está fazendo uma infra-estrutura dentro de uma cidade pequenina que embora sem o apoio, como diz Vossa Excelência, do Poder central mas, tem o apoio do grande Governo que é o Governador Ney Braga e o apoio da humildade e da tranquilidade dos Deputados do PDS.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Continua em votação.

Concedo a palavra a Vossa Excelência, Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas para corroborar aqui o que eu já havia dito e trocar

o nome de máquinas não vem muito ao caso. E, entre rolo compressor e patrola, lamento ter trocado o nome, pior será trocar o nome de projeto por requerimento.

O que também Deputado Gabriel Manoel há de se penitenciar, porque realmente ocorreu isso com ele e não foi minha intenção.

A minha intenção é realmente ajudar o município, o que eu reclamo exatamente é esta falta de possibilidade que o município tem de gerir os seus negócios públicos.

E eu vou votar favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, permaneçam como estão.

O SR. DARCY DEITOS — Pela ordem. Requeiro a Vossa Excelência verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Os Srs. Deputados que aprovam o projeto número ...

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem, Sr. Presidente. Chamada nominal antes de verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — A Mesa defere.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, pela ordem. Antes de Vossa Excelência se colocar e fazer a chamada nominal, queria que Vossa Excelência esclarecesse a esta Casa, porque no artigo 176, a matéria está em regime de verificação de votação se é possível ser efetuada a chamada nominal e qual o artigo.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Em qualquer momento da sessão qualquer Sr. Deputado pode requerer a chamada nominal para verificação de votação.

O SR. DARCY DEITOS — Gostaria de saber o artigo, porque desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Comunico a Vossa Excelência que o Deputado que pede questão de ordem é que tem de dizer o artigo.

O SR. DARCY DEITOS — Não, Sr. Presidente, no artigo 166, que argüi a questão de ordem, diz o seguinte: "Nas votações simbólicas, após proclamado pelo Presidente o seu resultado, qualquer Deputado que tenha dela participado, poderá pedir a verificação de votação. E tem mais o parágrafo primeiro e segundo e não fala em chamada nominal.

Então gostaria que Vossa Excelência esclarecesse à Casa. Porque é comum se pedir chamada nominal, mas não se menciona o artigo.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, se não tem nada que esclareça, não tem nada que impeça. Em qualquer instante pode se pedir a chamada nominal.

O SR. DARCY DEITOS — Absolutamente. Mas acontece que está em regime de votação e é previsto no regulamento. No Regimento Interno. Está em processo de votação efetivo. Queria que Vossa Excelência esclarecesse ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Em qualquer momento da sessão Plenária, qualquer Sr. Deputado pode requerer a chamada nominal dos Srs. Deputados. E a Mesa deferiu o pedido do Sr. Deputado Gabriel Manoel e procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. DARCY DEITOS — Mas Vossa Excelência deferiu baseado em que artigo? Isso que gostaria de saber. Qual o artigo.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Senhor Deputado, a Mesa já tomou posição e está decidido.

O Sr. 1º Secretário procederá a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a chamada).  
Responderam a chamada 28 Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Não há "quorum" para votação.  
Há "quorum" para prosseguimento da sessão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela ordem) — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os usos e costumes dos parlamentos e que se constituem em tradição nas Casas Legislativas têm força regimental e até de lei.

Sempre esta Casa, desde que aqui estou, de 1.966, com hiato de dois anos, a qualquer instante da sessão, qualquer dos Senhores Deputados podem requerer da Mesa a chamada nominal, para verificação de "quorum" suficiente para continuidade da sessão, ou para votação das matérias constantes da Ordem do Dia.

Todas as Mesas, de 1.966 para cá, sempre as decisões da Presidência foram de acatamento a esta norma que tem vigido, deste então, na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Embora, o Regimento Interno seja dúbio com relação a essa matéria.

Mas, também o Artigo 99, do Regimento Interno, determina que todas as questões de ordem, resolvidas pelo Presidente, serão registradas em livro próprio e têm força regimental.

Nessas condições, Sr. Presidente, requeiro a Vossa Excelência que determine a lavratura, em livro próprio, da decisão que Vossa Excelência tomou hoje, em concedendo a qualquer um dos Senhores Deputados, o direito de requerer a chamada nominal para verificação de "quorum" e que passe a constituir-se em artigo do Regimento Interno.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Solicito ao Departamento competente que proceda a lavratura, em livro próprio, da decisão tomada por esta Mesa e requerida pelo Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Realmente, essas situações criam um constrangimento para os membros desta Casa.

Ainda há poucos dias, levantamos uma questão de ordem, no mesmo sentido da levantada pelo nobre Deputado Erondy Silvério, indagando da Presidência se havia, de acordo com o Regimento Interno, um livro para anotações das decisões da Presidência, sobre as questões de ordem levantadas e que fosse omissso no Regimento Interno, a sua decisão.

Agora, Sr. Presidente, acho que a questão de ordem que se levantou aqui e que não foi, na oportunidade, feito o registro, acredito que está contrariando princípios regimentais. Mesmo porque, no processo de votação não comporta a interrupção. O procedimento de votação não pode ser interrompido.

De forma que, o Regimento Interno, hoje, aqui, na minha opinião, no meu modesto entendimento, foi flagrantemente violado.

Portanto, quero deixar, aqui o meu protesto.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) —

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 31/80, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, que declara de utilidade pública a "CARITAS PAROQUIAL DE CLEVELÂNDIA", com sede e foro na Cidade de Clevelândia. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., na forma do SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade. — Encerrada a discussão.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 42/80, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que declara de utilidade pública o CENTRO ESPÍRITA "CAMINHO, VERDADE E VIDA", com sede e foro na Cidade de Araucária. — Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 46/80, de autoria do Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO, que declara de utilidade pública o "SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA DA IGREJA PENTECOSTAL FILADÉLFIA", com sede e foro nesta Capital. — Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Erondy Silvério, na qualidade de Líder do PDS, indicando os Srs. Deputados que irão compor a Comissão de Cultura. —

Ao Departamento Legislativo, para os devidos fins.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Sebastião Garcia, ocorrido em Londrina. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora ROSA SANTI LEAL, ocorrido nesta Capital. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (questão de ordem) — Sr. Presidente.

Seguindo o espírito de trabalho desta Casa, verifica-se que não há número legal para continuar a sessão ...

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Vossa Excelência pede a chamada nominal, não é mesmo?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Acho que seria o único caminho.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — A Mesa defere e procederá a chamada nominal, para verificação de "quorum".

(É procedida a chamada nominal).

Responderam a chamada nominal 17 Srs. Deputados. Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 12, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO:

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.º 115/79, 31, 42 e 46/80.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 33/80 e de Resolução n.º 25/80.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 29 e 60/80.

Fica marcada ainda uma Sessão Ordinária para sexta-

-feira, dia 13, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 21, 22, 23, e 24/80, e de Lei n.ºs 104/78 e 50/79 e 177, 186, 195 e 210/79, e 7, 8 e 21/80.

Levanta-se a sessão.

Portarias:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

I — tornar sem efeito, ex-officio, o item III, da Portaria n.º 330/80, de 25 de abril de 1980, por concessão anterior;

II — conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre os vencimentos de LUIZ ALBERTO SOFFIATTI CASAL, matrícula n.º 537, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, de acordo com o Art. 171, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, a partir de 06 de maio de 1980, data que completou trinta e três (33) anos de serviço público computados para todos os efeitos legais, antecipado em razão das férias de 1.979, contadas em dobro e da incorporação referente ao sexto quinquênio e que já vem percebendo a mesmo título quinze por cento (15%), totalizando vinte por cento (20%).

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de maio de 1980

LUIZ FERNANDO MARTINS KOSOP

DIRETOR GERAL